

**zero.**

[www.zero.org](http://www.zero.org)

# **Relatório de Atividades de 2025**

---

Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável



# Índice

<u>Relatório de Atividades 2025 - Sumário Executivo .....</u>	<u>2</u>
<u>Objetivos Estratégicos Transversais .....</u>	<u>5</u>
<u>Sumário Executivo e Relatório de Atividades – Sociedades Sustentáveis e Novas Formas de Economia .....</u>	<u>24</u>
<u>Sumário Executivo e Relatório de Atividades – Clima, Energia e Mobilidade .....</u>	<u>41</u>
<u>Sumário Executivo e Relatório de Atividades – Solo e Gestão do Território .....</u>	<u>63</u>
<u>Sumário Executivo e Relatório de Atividades – Água e Oceano .....</u>	<u>69</u>
<u>Sumário Executivo e Relatório de Atividades – Biodiversidade, Agricultura e Florestas .....</u>	<u>85</u>



# Relatório de Atividades 2025 - Sumário

## Executivo

Em 2025, a ZERO consolidou o seu papel como ator de referência na defesa ambiental. Ao longo do ano, foi possível reforçar a presença da organização no debate público, aprofundar a capacidade de influência junto de decisores, participar em processos estratégicos de consulta e promover iniciativas concretas em áreas tão diversas como clima e energia, água e oceano, ordenamento do território, resíduos, substâncias químicas, biodiversidade e envolvimento dos associados. Esta diversidade de frentes de atuação revelou uma organização ativa, credível e capaz de intervir em temas estruturantes, mantendo a coerência com a sua missão e visão estratégica.

O ano ficou marcado por um trabalho consistente de *advocacy*, monitorização, comunicação e capacitação. Na dimensão transversal, a organização reforçou a sua notoriedade pública e a sua capacidade de mobilização. A monitorização mediática revelou crescimento da presença da organização nos meios de comunicação, com aumento do peso das notícias regionais, ao mesmo tempo que se foram estruturando processos internos de registo de contactos, convites institucionais e participações em consultas públicas. Também junto da base associativa houve sinais positivos: realizaram-se mais atividades do que o inicialmente previsto, a meta de novos associados coletivos foi largamente superada e a captação de associados individuais ficou praticamente cumprida mesmo sem investimento em campanhas pagas, demonstrando força de reputação e capacidade de mobilização orgânica. No plano da comunicação, verificou-se o reforço do número de campanhas, crescimento do canal newsletter e adaptação estratégica da presença digital, incluindo a transição para novas plataformas e o reforço da equipa de comunicação.

2

Nas áreas temáticas, 2025 foi um ano de resultados relevantes. Em clima, energia e mobilidade, a organização reforçou o acompanhamento das políticas de descarbonização, energias renováveis, eficiência energética e mobilidade sustentável, contribuindo com análises, pareceres e posicionamentos públicos que ajudaram a manter a ambição climática no debate nacional. Entre os resultados mais expressivos contam-se os contributos para a meta de neutralidade climática em 2045 no Plano Nacional de Energia e Clima, a influência em processos ligados à mobilidade e eletrificação e a participação no processo que levou à aprovação da maior ECA do mundo no Atlântico Nordeste, com implicações significativas no controlo das emissões do transporte marítimo. A criação da Rede Lusófona para o Clima reforçou igualmente a projeção e capacidade de articulação internacional da organização.

Na área das sociedades sustentáveis e novas formas de economia, destacou-se a finalização da proposta de Lei sobre as Gerações Futuras, um marco importante no trabalho sobre bem-estar e suficiência. Houve também avanços significativos na promoção de um ambiente não tóxico, através do projeto LIFE ChemBee, da formação de eco-embaixadores e de uma campanha digital de forte alcance sobre químicos no quotidiano. Na área dos resíduos, o trabalho combinou produção de evidência, capacitação técnica e influência política, reforçando alternativas à incineração e soluções de desvio de aterro. Os resultados alcançados no projeto MENSY, no combate ao desperdício alimentar e no desenvolvimento de soluções para resíduos não urbanos mostram capacidade para aliar propostas técnicas, projetos concretos e sensibilização pública.



No ordenamento do território e avaliação de impacto ambiental, a organização afirmou-se como interlocutor técnico e político de relevo. A participação em 26 consultas públicas de projetos com elevado impacto ambiental, o lançamento do Guia Smart Siting para Portugal e a presença em momentos estratégicos ligados às ZAER (zonas de aceleração de renováveis) e à AIA (avaliação de impacto ambiental) reforçaram a capacidade de influência da organização em decisões com forte incidência territorial.

Nas áreas da água e do oceano, a organização consolidou-se como voz ativa na defesa dos ecossistemas aquáticos e da gestão sustentável dos recursos. A intervenção incidiu na promoção da eficiência hídrica, na crítica a respostas excessivamente centradas no aumento da oferta, na defesa de instrumentos económicos mais justos e na valorização de soluções baseadas na procura e na eficiência. No oceano, o trabalho combinou incidência política, literacia e mobilização pública, com destaque para a oposição à mineração em mar profundo e para a defesa da proteção marinha. Entre os resultados mais emblemáticos do ano está o facto de Portugal se ter tornado o primeiro país a consagrar em lei a proteção dos fundos marinhos contra atividades de extração mineira até 2050, uma conquista profundamente alinhada com a visão estratégica da organização.

Também na conservação da natureza, biodiversidade e agricultura houve sinais importantes de impacto. Apesar das limitações, a organização manteve presença ativa em debates estruturantes, influenciou posições sobre o lobo-ibérico, contribuiu para travar investimentos com impactos ambientais negativos, reforçou a agenda da proteína vegetal e assegurou financiamento que permitiu concretizar ações de restauro ecológico. Este conjunto de intervenções mostra uma capacidade crescente para ligar política pública, ação territorial e mobilização social.

Se as vitórias de 2025 confirmam a relevância e utilidade pública do trabalho desenvolvido, os desafios encontrados também foram claros e transversais. O primeiro foi o da limitação de recursos humanos e financeiros face à amplitude das metas definidas. Em várias áreas, a ambição do plano teve de ser ajustada à capacidade disponível, obrigando a definir prioridades, a adiar iniciativas ou a concentrar esforços em janelas de oportunidade mais imediatas. Esta tensão entre ambição estratégica e capacidade instalada atravessou diferentes áreas temáticas, desde a água à biodiversidade, passando pelo ordenamento do território, pelo clima e pelas novas formas de economia.

Um segundo desafio foi de natureza operacional e organizacional. O relatório evidencia fragilidades em sistemas de monitorização, registo e acompanhamento interno, nomeadamente no controlo de notoriedade mediática orgânica, no registo de convites institucionais, na atualização de ferramentas de monitorização e em alguns processos tecnológicos associados à gestão da base associativa e das quotas. Houve também áreas em que a dependência de fornecedores, atrasos regulatórios ou dificuldades técnicas atrasaram testes, campanhas ou concretizações previstas. Estes constrangimentos não anulam o trabalho realizado, mas mostram a importância de continuar a investir em estrutura, sistemas e processos internos que sustentem a escala e a consistência da intervenção externa.

Por fim, 2025 mostrou que a influência da organização cresce num contexto político e institucional complexo, em que nem sempre a urgência ambiental se traduz em decisões públicas proporcionais. Em várias áreas, persistiram resistências políticas, atrasos legislativos, dificuldades de financiamento e enquadramentos regulatórios instáveis. Ainda assim, a organização conseguiu manter presença, produzir evidência, construir alianças, capacitar públicos, influenciar processos e afirmar alternativas concretas. Esse é, talvez, o traço mais distintivo do ano: a capacidade de transformar constrangimentos em aprendizagem, presença e ação útil.



Em síntese, 2025 foi um ano de consolidação, visibilidade e impacto. A organização reforçou o seu posicionamento público, alargou a sua capacidade de influência e obteve resultados relevantes em múltiplas frentes, mesmo enfrentando limitações significativas de recursos, de contexto político e de capacidade operacional. O balanço global é, por isso, positivo: foi feito um trabalho robusto, com efeitos concretos no debate público, nas políticas, nos territórios e na mobilização social. Ao mesmo tempo, o ano deixou aprendizagens claras sobre a necessidade de foco, reforço estrutural, investimento em monitorização e consolidação interna. Para os associados, este relatório mostra uma organização presente, interventiva e consequente — uma organização que, em 2025, continuou a transformar conhecimento técnico e compromisso cívico em ação com impacto.



# Objetivos Estratégicos Transversais



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE1:** Ser considerada um parceiro chave para a definição e debate de políticas públicas nas áreas temáticas onde intervém junto dos poderes políticos, da comunicação social e dos parceiros sociais.
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Monitorização da presença da ZERO nos meios de comunicação (nacional, regional e local).
  - Criação de *baseline* de referências mediáticas não associadas a comunicados próprios.
  - Monitorização de convites para reuniões, parcerias e coligações.
  - Monitorização dos contactos pelos decisores políticos, autoridades e legisladores.
- **O que queríamos alcançar:**
  - Estabelecer um baseline quantitativo da notoriedade mediática orgânica da ZERO.
  - Medir o número de vezes que a ZERO é citada sem iniciativa própria (sem comunicado).
  - Monitorizar convites para parcerias, coligações e momentos de consulta.
  - Obter conhecimento de quem eram as entidades que contactaram a ZERO.
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Monitorização da notoriedade geral da ZERO, controlando a quantidade de notícias que saíram nos meios de comunicação social com referência à ZERO, independentemente do facto de terem derivado ou não de comunicados de imprensa. Com base no relatório do serviço Cision, registou-se um aumento de 2% da quantidade de notícias que saíram face ao ano anterior e, no que se refere ao peso das notícias regionais, este tem vindo a aumentar nos últimos anos, representando 37% das notícias totais.
  - Registo de convites para parcerias e coligações (em curso).
  - Foram apurados os contatos efetuados que nos foram comunicados.
- **O que ficou por alcançar:**
  - Implementação efetiva da monitorização sistemática das notícias orgânicas/não derivadas de comunicados de imprensa (sejam elas nacionais ou regionais).
  - Consolidação de um sistema regular e fiável de registo de convites institucionais.
  - Atualização consistente do Excel de monitorização para permitir *baseline* robusto.



- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Excel de monitorização atualizado	1	Não iniciado	↓
Monitorização notícias nacionais/locais (totais)	1	Concluído	↑
Monitorização parcerias/coligações	1	Em curso	→
Monitorização dos contactos de entidades	1	Concluído	→

- **Histórias que se destacaram:**

**Desafio operacional da monitorização**

Ficou evidente que o controlo sistemático de citações mediáticas orgânicas exige um trabalho de minúcia muito intensivo e dispendioso em tempo, levantando a necessidade de avaliar a sua viabilidade interna.

**Registo de parcerias em fase de consolidação**

A monitorização de convites para parcerias e coligações está em curso, mas depende fortemente da colaboração ativa das equipas, o que tem revelado fragilidades no processo.

7

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

- Reavaliar a pertinência e o modelo de monitorização manual da cobertura mediática para referências orgânicas, ponderando alternativas mais automatizadas ou amostrais.
- Reavaliar o sistema de registo de convites institucionais, tornando-o mais intuitivo e integrado nos fluxos de trabalho das equipas.
- Dar prioridade a indicadores estratégicos que sejam exequíveis face à capacidade interna.
- Garantir que o esforço de monitorização é proporcional ao valor estratégico da informação recolhida.
- Garantir que o registo de contactos é efetivamente efetuado.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- Definição da forma de envio de ofícios tendo em consideração a autonomia dos gestores de projetos e definição daqueles que devem ser enviados via secretariado.
- Atualização da política de contratação de bens e serviços, em termos de valores e das necessárias autorizações.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE2: Melhorar o diálogo e a cooperação com diferentes parceiros a nível nacional e europeu.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Participação em grupos de trabalho das diferentes organizações chapéu de que a ZERO faz parte.
  - Assegurar a representação da ZERO nas Assembleias gerais das diferentes redes de que a é membro.
  - Participar ativamente em redes nacionais, como por exemplo o C7, a Animar, o Centro Pinus, entre outros).
- **O que queríamos alcançar:**
  - Assegurar a participação da ZERO nas reuniões (online e presenciais) das redes europeias de que é membro, e garantir o acesso a informação atualizada sobre os dossiers europeus, de forma a articular a nossa ação com as necessidades que possam ser identificadas sobre cada um dos temas que seguimos.
  - Acompanhar a evolução do tema do “ataque” organizado à sociedade civil que está a ocorrer a nível europeu, de forma a capacitar a ZERO no caso de vir a ter que lidar com medidas semelhantes e a poder apoiar as suas congéneres em ações conjuntas de resposta a estes ataques.
  - Manter a colaboração com as redes nacionais de ONG, de forma a contribuir para o fortalecimento da intervenção da sociedade civil.
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Em geral todos os objetivos foram alcançados, tendo havido um acompanhamento regular dos grupos de trabalho e outros momentos de interação ao nível europeu, bem como um trabalho contínuo com ONG em Portugal.
  - Dinamização da criação da Rede Lusófona para o Clima.
- **O que ficou por alcançar:**
  - Não houve nenhum objetivo que tenha ficado por alcançar, mas também não houve capacidade por parte da ZERO para alargar muito a sua interação com novas redes, com exceção da criação da Rede Lusófona para o Clima, que representou um passo muito relevante no sentido de estimular o trabalho conjunto e colaborativo em prol do combate às alterações climáticas.
- **Principais indicadores**



Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Participação em grupos de trabalho de redes europeias e nacionais	ND	NC	→

ND – Não Definida | NC – Não Contabilizado

- **Histórias que se destacaram:**

**Criação da Rede Lusófona para o Clima**

Lançamento da Rede Lusófona para o Clima (RLC), co-liderada pela ZERO e OIKOS, uma aliança dedicada ao reforço da cooperação climática entre membros da sociedade civil dos países e comunidades de língua portuguesa para ampliar experiências, partilhar saberes e desenvolver soluções sustentáveis, enraizadas em laços culturais e linguísticos comuns.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE3:** Assegurar que o impacto da mobilização da sociedade tem representatividade territorial, geracional e social, através da formação a grupos com capacidade de amplificação da mensagem, da comunicação e da sensibilização.

- **Principais projetos/iniciativas/ações:**

- Dinamização de atividades para Associados.
- Regularização e cobrança de quotas.
- Estratégia de captação de novos Associados (individuais e coletivos).
- Estratégia de rejuvenescimento da base associativa (Geração Z).
- Monitorização da representatividade territorial e etária.
- Reestruturação do modelo de voluntariado.
- Captação de projetos direcionados a jovens.
- Monitorização do universo de convites de parceiros.

- **O que queríamos alcançar:**

- Estruturar um plano anual de dinamização para Associados.
- Aumentar o número de Associados com quotas em dia.
- Angariar 150 novos Associados individuais e 2 coletivos.
- Reforçar a representatividade fora das áreas metropolitanas.
- Incrementar o peso de Associados com menos de 30 anos (+10% face a 2024).
- Garantir funcionamento estruturado do modelo de acolhimento de voluntários.
- Aumentar o número de projetos dirigidos a jovens (meta: +2).

- **O que conseguimos alcançar:**

- **Dinamização da base associativa:** Foram realizadas 4 atividades (meta: 2), superando o objetivo. Não foi formalizado calendário anual, identificando-se necessidade de planeamento mais estruturado para 2026.
- **Quotas:** Duas ações de cobrança realizadas com sucesso. A terceira não foi implementada devido a constrangimentos técnicos associados à atualização do sistema Easypay. Resultado final: 1150 associados com quotas de 2025 pagas (meta: 1500).
- **Novos Associados Individuais:** Sem campanha paga, apenas campanha orgânica. Resultado praticamente em linha com a meta (149 face a 150).
- **Associados Coletivos:** Meta superada de forma significativa — 6 novos AC face ao objetivo de 2.
- **Voluntariado:** Conformidade RGPD assegurada. Programa em processo de reavaliação estrutural, com suspensão temporária de sessões de acolhimento e controlo de voluntários ativos.
- **Projetos dirigidos a jovens:** Meta alcançada, com dois novos projetos desenvolvidos (KAOS Pilot e Catalyst).



- **O que ficou por alcançar:**

- **Meta de associados com quotas de 2025 pagas (1500)** não atingida (1150 alcançados), devido a constrangimentos técnicos associados à atualização do sistema Easypay, que impediram a terceira ação de cobrança anual.
- **Calendarização anual estruturada de atividades para Associados** não formalizada, apesar da execução de várias iniciativas.
- **Campanha paga de angariação de Associados Individuais** não implementada, limitando potencial de crescimento adicional.
- **Renovação do roll-up institucional com QR Code** não concretizada.
- **Estratégia de Educação para a Sustentabilidade** (identificação de ponto focal, mapeamento e definição estratégica) adiada.
- **Estruturação do modelo de voluntariado** não concluída; sessões de acolhimento e eventos exclusivos suspensos durante o processo de reavaliação.
- **Objetivos de representatividade territorial e etária** não operacionalizados, nomeadamente campanhas específicas, monitorização regional e criação de *dashboard* dedicado.
- **Monitorização formal de convites de parceiros externos** não implementada, propondo-se a sua reavaliação face ao esforço vs. benefício.

11

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
N.º de atividades realizadas para Associados	2	4	↑
N.º de Associados com quotas de 2025 pagas	1.500	1.150	↓
N.º de novos Associados Coletivos	2	6	↑
N.º de novos projetos com target jovem	2	2	→
Estratégia de Educação para a Sustentabilidade	1	Adiada	

- **Histórias que se destacaram:**

**Superação da meta de Associados Coletivos**

A meta definida era a angariação de 2 novos Associados Coletivos; o resultado final foi de 6. Este crescimento superou largamente as expectativas e demonstrou que existe margem para reforçar a aposta neste segmento, nomeadamente através de comunicação mais direcionada e estratégica.

**Dinamização da base associativa acima do previsto**

Apesar de não ter sido formalizado um calendário anual, foram realizadas 4 atividades para Associados — o dobro do objetivo inicial. A adesão e participação confirmaram que existe procura por momentos de envolvimento presencial e contacto com o terreno.



### **Meta de novos Associados Individuais praticamente atingida sem campanha paga**

Sem investimento em campanha promocional paga, foi possível alcançar 149 novos associados (meta: 150), apenas com comunicação orgânica. Este resultado evidencia a força da marca ZERO, mas também revela potencial de crescimento adicional caso exista reforço orçamental nesta área.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

- Necessidade de estruturar melhor o planeamento anual (calendarização formal de atividades), garantindo maior previsibilidade e capacidade de mobilização antecipada.
- Importância crítica de assegurar estabilidade dos sistemas tecnológicos de pagamento, prevenindo impactos diretos na regularização de quotas e na sustentabilidade financeira.
- Relevância de criar um *dashboard* do Associado, permitindo monitorização contínua do ciclo de vida, perfil etário e distribuição territorial, para fundamentar decisões estratégicas.
- Necessidade de definição estratégica: a dispersão por múltiplos objetivos estruturais (educação, voluntariado, territorialização, juventude) exige definição clara de foco e afetação realista de recursos.
- O voluntariado carece de revisão estrutural, alinhando expectativas, necessidades internas e capacidade de acompanhamento.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

12

#### **Definição de novo processo de registo de pareceres de consultas públicas:**

- Implementou-se um processo estruturado para centralizar todas as participações da ZERO em consultas públicas, organizadas por tema.
- Inclui: (1) armazenamento do histórico completo das participações numa pasta única, (2) utilização de um documento Excel para registo e acompanhamento do estado de cada participação, e (3) arquivamento dos documentos de apoio necessários.
- Esta iniciativa assegura que toda a organização siga o mesmo processo, facilita o registo, preserva o conhecimento específico e garante que a informação fique acessível a toda a equipa para referência futura e histórico institucional.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE5: Implementar um modelo de financiamento assente na diversificação das fontes de financiamento e que permita uma alocação de recursos que privilegie o trabalho de influência das políticas públicas, por forma a alcançar em 2028 um conjunto de metas definidas.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Estruturação do processo de angariação via mecenato (templates e monitorização).
  - Acompanhamento e fidelização de mecenas atuais.
  - Campanha anual de consignação de IRS.
  - Planeamento e execução da campanha dos 10 Anos da ZERO.
  - Implementação de campanhas de *crowdfunding* (Myrica).
  - Desenvolvimento do processo MB WAY Solidário.
  - Exploração de iniciativas externas (*Giving Tuesday*, GRACE).
  - Monitorizar os montantes angariados.
  - Novo modelo de elaboração do Orçamento.
  - Implementar uma metodologia mais célere de conferência dos documentos contabilísticos.
  - Otimizar a gestão da informação contabilística.
- **O que queríamos alcançar:**
  - Formalizar e sistematizar o processo de angariação não concursal.
  - Garantir acompanhamento de 100% dos mecenas.
  - Implementar uma campanha eficaz de consignação de IRS.
  - Estruturar e executar a campanha comemorativa dos 10 anos.
  - Reforçar financiamento via *crowdfunding* (meta global: 7.500€).
  - Diversificar instrumentos de captação (MB WAY Solidário, Giving Day, GRACE).
  - Ter informação atualizada sobre os valores angariados mediante a análise dos protocolos efetuados.
  - Os valores do orçamento serem fornecidos pelas respectivas áreas temáticas e efetuar a sua elaboração no final do ano anterior.
  - Facilitar a conferência dos documentos contabilísticos e eliminar erros.
  - Acompanhamento atempado da execução orçamental.
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Definição concluída dos templates de comunicação para mecenato.
  - Acompanhamento dos mecenas assegurado, ainda que com cronograma formal em consolidação.
  - Consolidação do controlo financeiro dos valores angariados (sem *dashboard* formal).
  - Campanha de consignação de IRS implementada com sucesso, tendo sido recebido o valor de cerca de 35.000€. Este valor recebido em 2025 é relativo à primeira campanha que a ZERO realizou para consignação, em 2024, referente ao IRS de 2023.



- Angariação aproximada de 72.000€ via mecenas (novos ou renovação de atuais), bem superior à meta definida de 1.500€.
- Plano de comunicação e plano de parcerias dos 10 anos concluídos; captação de um grande mecenas (Fidelidade – 20.000€). Parceria estabelecida com a Culturgest para a conferência de aniversário, uma entidade de referência, que integrou a conferência da ZERO na sua programação anual.
- Execução parcial do Plano dos 10 Anos (documentário “Ecossistema ZERO”, conferência, campanha “1 Árvore, 1 Bebê” e plantação).
- Implementação da campanha, junto de Associados e seguidores nas redes sociais, Myrica (“Plante Uma Árvore”) com resultado de cerca de 6.000€, valor considerado positivo. Estavam previstas mais duas iniciativas de crowdfunding, mas apenas esta foi implementada e quase alcançou o objetivo, em termos de montante arrecadado, para as três.
- Os valores do orçamento foram fornecidos pelas respetivas áreas temáticas, sendo os valores da direção assegurados pela tesoureira.
- Ficou facilitada a conferência dos documentos.
- Implementação do controle orçamental trimestral.

- **O que ficou por alcançar:**

- Criação do *dashboard* de monitorização de mecenato (em avaliação).
- Estruturação do cronograma de comunicação proativa de follow-up com mecenas.
- Integração da ZERO no MB WAY Solidário (não iniciada).
- Realização do “Giving Day” (adiado).
- Participação no “Giving Tuesday” (adiada), assim como a submissão da candidatura à GRACE (adiada).
- Definição de templates de crowdfunding para o site (não iniciada).
- Implementação de ferramentas complementares para a otimização da informação contabilística.

14

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
<b>Montante angariado via mecenato</b>	1.500€	~72.000€	↑↑
<b>% mecenas acompanhados</b>	100%	Acompanhamento assegurado (cronograma em curso)	↑
<b>Campanha consignação IRS</b>	1	Implementada	→
<b>Montante crowdfunding</b>	7.500€	~6.000€ (1 campanha)	→
<b>Plano 10 anos</b>	1	Definido e em execução	↑
<b>Monitorização dos montantes angariados</b>	1	Implementado	→



<b>Novo modelo do orçamento</b>	1	Implementado	→
<b>Implementar uma metodologia mais célere de conferência dos documentos contabilísticos</b>	1	Implementado	→

- **Histórias que se destacaram:**

- **Resultado muito positivo da primeira campanha de consignação de IRS**

- O valor recebido, em 2025, referente à campanha de 2024 alcançou os 35.000€, representa uma estreia muito positiva e, desta forma, pode vir a afirmar-se como um dos pilares de financiamento da ZERO.

- **Captação de mecenas estratégico nos 10 anos**

- A Fidelidade apoiou as comemorações com um donativo de 20.000€, reforçando o reconhecimento institucional da ZERO e a confiança do setor empresarial. Por outro lado, este apoio está a revelar-se fundamental para assegurar o financiamento da quase totalidade das iniciativas previstas no plano.

- **Campanha Myrica com resultado sólido**

- Apesar de apenas uma das três iniciativas de *crowdfunding* previstas ter sido implementada, o valor alcançado (~6.000€) demonstra forte potencial de mobilização.

15

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

- Reavaliar a necessidade de concretização de novas iniciativas de *crowdfunding*.
  - Avaliar criticamente a necessidade de ferramentas adicionais (*dashboard*), garantindo proporcionalidade face à capacidade interna.
  - Reforçar planeamento atempado para candidaturas e iniciativas externas, reduzindo adiamentos por falta de recursos.
  - Tornar o acompanhamento de mecenas mais estruturado e menos reativo.
  - Reavaliar se a ZERO pretende integrar o MBWAY Solidário.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- Integração da campanha “1 Árvore, 1 Bebê” no contexto das celebrações dos 10 anos, uma oportunidade que teve grande adesão e que, inclusive, criou um novo potencial de financiamento ao poder ser a oferta de empresas para o nascimento de bebés dos seus Colaboradores – iniciativa que está a ser testada em 2026 com uma empresa mecenas.
  - Ajuste estratégico do calendário das comemorações para um modelo distribuído ao longo do ano comemorativo.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE6: Assegurar o bem-estar dos colaboradores e o seu compromisso com a ZERO.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Organização e realização do Encontro Anual da ZERO.
  - Estruturação de um plano/cronograma anual de comunicação inter-equipas.
- **O que queríamos alcançar:**
  - Realizar com sucesso o Encontro Anual da ZERO.
  - Melhorar a comunicação interna entre equipas através de um processo mais sistematizado.
  - Criar um cronograma anual que desse previsibilidade à comunicação inter-áreas.
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Realização do Encontro Anual conforme planeado, com programa definido atempadamente e logística assegurada, e com uma variedade de atividades.
  - Reforço efetivo da articulação inter-equipas através da presença regular da Comunicação nas reuniões das diferentes áreas.
  - Desenvolvimento do formato-base do cronograma anual de comunicação, atualmente em fase final de consolidação.
  - Auscultação das várias equipas no desenvolvimento de um diagnóstico de necessidades ao nível dos recursos humanos e funcionamento das equipas.
- **O que ficou por alcançar:**
  - Finalização formal e implementação integral do plano/cronograma anual de comunicação inter-equipas (ainda em desenvolvimento).
  - Finalização do diagnóstico de necessidades ao nível de recursos humanos e funcionamento das equipas.
  - Implementação do plano de bem-estar.
- **Principais indicadores:**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Evento anual realizado	1	1	↑
Plano de comunicação anual com áreas temáticas	1	50%	→
Diagnóstico de necessidades	1	50%	→



- **Histórias que se destacaram:**

- **Encontro Anual realizado com sucesso**

- O evento foi concretizado conforme previsto, com programa definido atempadamente e articulação logística eficaz. Representou um momento importante de alinhamento interno e reforço da identidade associativa.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

- **Formalizar e consolidar o cronograma anual de comunicação**, garantindo maior previsibilidade e articulação de carga de trabalho da equipa da Comunicação.
    - Melhorar os fluxos de informação e a comunicação inter-grupos por forma a garantir um melhor funcionamento geral da associação e um maior bem-estar dos seus membros.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- No Encontro Anual, a componente estratégica de trabalho direcionou-se para o **início da construção da Política do Bem-Estar da organização**, num processo participativo colaborativo, contemplando contributos de todas as esferas da ZERO, desde os trabalhadores aos órgãos sociais.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE7: Assegurar a preservação do conhecimento no interior da organização.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Criar versão beta da Intranet ZERO, com base num processo participativo e colaborativo, recorrendo a ferramentas que permitam uma fácil integração com o workspace atual.
  - Definição de normas de boas práticas de cibersegurança.
- **O que queríamos alcançar:**
  - Centralizar a informação interna dispersa em diferentes plataformas e documentos, criando uma base comum de conhecimento acessível a toda a equipa. Pretendíamos lançar ainda em 2025 a versão beta da Intranet ZERO.
  - Definição de normas de boas práticas de cibersegurança.
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Intranet ZERO: cronograma de desenvolvimento definido, com processo participativo iniciado com consulta interna (13 respostas recolhidas), bem como a primeira fase de desenho da arquitetura de informação iniciada.
- **O que ficou por alcançar:**
  - Desenvolvimento do interface e publicação de conteúdos adiados devido a prioridades operacionais mais urgentes
  - A definição de normas de cibersegurança foi adiada para 2026, tendo havido uma mudança de responsável.
- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
<b>Cronograma definido</b>	1	1	↑
<b>Estrutura base da intranet desenhada</b>	Concluída	Em curso	→
<b>Interface selecionado</b>	1	Em avaliação	→



- **Histórias que se destacaram:**

**Intranet:** A equipa foi envolvida na identificação de necessidades e deu-se início à construção de uma arquitetura comum para uma futura intranet partilhada, alinhada com as ferramentas já utilizadas pela organização.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

A criação da **Intranet ZERO** revelou-se uma necessidade ainda mais relevante e estruturante para a preservação do conhecimento e a eficiência organizacional, exigindo tempo dedicado e continuidade, devendo por isso ser protegida de interrupções associadas a tarefas urgentes. Em 2026, este projeto deverá assumir-se como uma prioridade estratégica da área da Comunicação. A opção por uma solução integrada no Google Workspace mantém-se adequada e alinhada com o ecossistema digital da ZERO, devendo a decisão final sobre a interface ser tomada no início do próximo ciclo, de forma a permitir uma implementação célere e faseada ao longo de 2026.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- Definição da forma de envio de ofícios tendo em consideração a autonomia dos gestores de projetos e definição daqueles que devem ser enviados via secretariado.
- Atualização da política de contratação de bens e serviços, em termos de valores e das necessárias autorizações.
- Elaboração de documento onde se encontram definidos os procedimentos adotar nas contratações de trabalhadores, aceitação de voluntários e estagiários.

19



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE8:** Até 2028, aumentar a notoriedade e reconhecimento do trabalho desenvolvido pela ZERO no seu setor, através do aumento de visitas ao portal e ao blog 1,5ºC em 40%, do incremento do alcance das redes sociais em 75% (em média) e de seguidores em 45% (em média) e do aumento da mancha mediática em 10%.
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Reorganização estratégica da **presença nas redes sociais** (avaliação Twitter/X, entrada na Bluesky, estratégia LinkedIn e YouTube em desenvolvimento).
  - Reforço de **campanhas pagas** (Meta Ads), incluindo projetos financiados e projeto interno de árvores.
  - Consolidação do plano mensal de conteúdos para **redes sociais e blog 1,5ºC**.
  - Reforço do envio de **newsletters** e articulação com agência para atualização gráfica de rubricas.
  - Atualização integral da área de **pareceres** no site e definição de fluxo interno de publicação.
  - Aumento das **visitas ao site**.
  - Continuidade do **podcast Zona ZERO**.
- **O que queríamos alcançar:**
  - Aumentar a notoriedade da ZERO através do reforço da presença mediática, digital e institucional.
  - Crescer em seguidores e alcance nas redes sociais.
  - Aumentar as visitas ao site e ao blog 1,5ºC.
  - Estruturar melhor o plano editorial mensal e a articulação com parceiros/agência.
  - Consolidar processos internos (fluxo de pareceres, planeamento estratégico digital).
- **O que conseguimos alcançar:**
  - **Duplicação do número previsto de campanhas pagas** e reforço consistente da presença digital.
  - **Crescimento de seguidores nas redes sociais (+8%)**, ainda que abaixo da meta definida.
  - Envio de **newsletters acima do objetivo** (+53% vs. ano anterior; +32% vs. objetivo).
  - Plano mensal de conteúdos implementado e articulação operacional estabilizada com agência e equipa de blog.
  - **Atualização a 100% da área de pareceres** no site e criação de fluxo interno de trabalho.
  - **Desenvolvimento do plano estratégico para Geração Z**, no âmbito da parceria com a NOVA Social Consulting.
  - 8 episódios do podcast gravados, garantindo continuidade do projeto.
  - Foram inseridos contactos locais de algumas regiões, com vista ao aumento da nossa rede de contactos regionais.



- **O que ficou por alcançar:**

- Meta de +10% de crescimento de seguidores (atingidos +8%), sendo que o crescimento em LinkedIn e em Instagram foi de 13%, e em Facebook de apenas 1% - forçando o valor geral para baixo. No entanto, destacamos o facto de o Facebook ser uma rede em decréscimo de novos utilizadores, o que justifica a subida mais baixa. Temos conseguido crescer em todas as redes, à exceção do Twitter/X, da qual saímos e, antes disso, onde se registou decréscimo de seguidores. A mudança para a Bluesky não compensa em número de seguidores, dado que é uma rede que não tem impacto a nível nacional.
- Implementação das ações de SEO (não iniciadas).
- Dinamização de momentos de partilha com jornalistas (adiado para 2026).
- Crescimento estruturado da cobertura mediática local (ações revistas/adiadas).
- Meta de 12 episódios do podcast (realizados 8).
- Teste de Google Ad Grants (adiado para 2026).
- Aumento das visitas ao site ficou, de facto, em negativo (-6%), apesar do aumento do n.º de utilizadores.

- **Principais indicadores:**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Seguidores nas redes sociais	+10%	+8%	↑
Newsletters enviadas	50	+32%	↑
Episódios podcast	12	8	→
Pareceres publicados no site	100%	100%	↑
Campanhas pagas	10	20	↑
Visitas ao site	5%		

21

- **Histórias que se destacaram:**

**Projeto com a NOVA Social Consulting – ativação da Geração Z.**

A parceria com a NOVA Social Consulting resultou na elaboração de um plano estruturado e, sobretudo, no arranque da estratégia de ativação da Geração Z na ZERO. Este trabalho permitiu sistematizar abordagens, identificar canais e formatos mais eficazes e lançar bases concretas para o envolvimento de públicos mais jovens, com impacto já refletido no planeamento de 2026.

**Reforço das campanhas pagas**

Prevista a realização de 10 campanhas, acabámos por duplicar esse número, integrando tanto projetos financiados como iniciativas internas. Demonstrou-se capacidade de execução e adaptação às oportunidades de financiamento.

**Transição estratégica nas redes sociais**

A saída de Twitter/X e entrada na Bluesky marcou uma mudança relevante no posicionamento digital. Foi um passo alinhado com os valores da associação e com a evolução do ecossistema digital.



### **Envio de newsletters acima do objetivo**

O reforço do envio de newsletters superou a meta definida e registou crescimento significativo face ao ano anterior, consolidando este canal como ferramenta eficaz de proximidade e de motivação à ação.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

- Rever estratégia para **assegurar continuidade** na rede **Bluesky**.
- **Necessidade de maior foco em SEO** e otimização estrutural do site para garantir crescimento sustentado de tráfego, em articulação com um ajuste estratégico nas redes sociais para potenciar um aumento de cliques com destino ao site, contrariando a tendência do consumo do conteúdo instantâneo na rede e não para o site.
- Definir **metas mais realistas** ou suportadas por investimento adicional quando se pretende acelerar crescimento de seguidores.
- Melhor **calendarização da produção do podcast** para assegurar cumprimento integral do plano anual.
- Antecipar melhor **iniciativas de relacionamento com media**, evitando adiamentos sucessivos.
- No que respeita ao **aumento da mancha mediática local**, confirmou-se que a concretização desta meta exige capacidade interna dedicada e planeamento específico. Face às limitações de recursos em 2025, as ações foram adiadas, devendo ser revistas, redimensionadas e replaneadas para 2026, com definição clara de prioridades e meios necessários.

22

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- Integração do trabalho de “embaixadores digitais” no futuro plano **Embaixadores Geração Z**.
- **Ajustes estratégicos à presença em redes sociais** (decisão de saída de Twitter/X e entrada em nova rede).
- **Mudança de agência** responsável pelo apoio à **gestão das redes sociais**. Esta transição, não prevista no plano inicial, implicou um período de adaptação e ajustamentos operacionais, com impacto temporário na dinâmica e consistência da presença digital.
- **Integração de uma pessoa externa, a meio tempo, na equipa de Comunicação**. Este reforço revelou-se muito positivo, permitindo maior capacidade de gestão dos canais digitais da ZERO (site, blog e newsletter) e apoio consistente à produção e gestão de conteúdos nas redes sociais que não são assegurados pela agência.



# Objetivos Estratégicos das Áreas Temáticas – Perspetiva Anual



## Sumário Executivo – Sociedades Sustentáveis e Novas Formas de Economia

### Resumo do trabalho realizado:

A área temática das Sociedades sustentáveis e Novas Formas de Economia possui cinco objetivos estratégicos (OE), sendo que em 2025, o foco esteve centrado em três deles: bem-estar e suficiência (OE9), circularidades - resíduos urbanos e não urbanos (OE10) e promoção de um ambiente não tóxico (OE12). Os temas dos acordos de comércio internacional (OE11) e das compras públicas (OE13) acabaram por ser desenvolvidos no âmbito de outras áreas temáticas (Clima, Energia e Mobilidade no caso do primeiro e dos Territórios no segundo).

Em termos de destaques podemos referir a finalização da proposta de Lei sobre as Gerações Futuras, que está pronta para mobilização de apoio, o desenvolvimento de uma forte campanha nas redes sociais sobre químicos no quotidiano e a formação de eco-embaixadores, o facto do advocacy em resíduos ter reforçado alternativas à incineração e soluções de desvio de aterro via TMB/MRBT e, no caso dos não urbanos, a instalação de um Tratamento Mecânico (TM) instalado a montante de aterro industrial.

24

### 1) Trabalho realizado (síntese)

#### OE09 | Bem-estar e suficiência

- Elaboração e finalização da Proposta de Lei sobre as Gerações Futuras.
- Trabalho em rede e diplomacia técnica: ligação do PlanApp à WEGov e reunião facilitada com Sophie Howe.

#### OE12 | Substâncias químicas

- Implementação do projeto LIFE ChemBee (formação, eco-embaixadores, de literacia em químicos no quotidiano).
- Advocacy em dossiers europeus (brinquedos, cosméticos e REACH).

#### OE10 | Resíduos urbanos

- Produção de evidência e comunicação pública sobre o potencial do tratamento mecânico e biológico para a gestão de resíduos em Portugal (TMB); promoção de soluções de alta-eficiência na gestão de resíduos (tratamento na origem e recolha seletiva de biorresíduos; recolha seletiva de embalagens e outros resíduos) e capacitação técnica (workshops/study tours).
- Projetos: MENSY (menstruação sustentável), LIFE Food Connect (desperdício alimentar) e reutilização com municípios Zero Waste.

#### OE10 | Resíduos não urbanos



- Impulso a soluções a montante de aterros industriais (TM/TMB) e revisão de metodologias/indicadores (Valorcar – Veículos em fim de vida).
- Campanhas e instrumentos: Preparação dos materiais sobre a campanha Resiauto, promoção do processo de fiscalização de frigoríficos (GPS preparado) e da criação de uma entidade gestora na área da gestão de resíduos perigosos de autocuidados (Diverde).

### Desafios encontrados:

Os principais desafios encontrados para implementar os diferentes objetivos estratégicos foram:

- Recursos limitados para mobilizar stakeholders e escalar iniciativas (ex.: Lei das Gerações Futuras).
- Modelo de eco-embaixadores com baixo efeito multiplicador (realização de visitas a conhecidos e amigos para passar a informação aquém do esperado).
- Atrasos/instabilidade regulatória (REACH) e pressão no sentido da redução da proteção da legislação europeia.
- Dependência de fornecedores e dificuldades técnicas (GPS, Mupis; piloto de desvulcanização), atrasando a concretização de algumas iniciativas (empurrando-as para 2026) e impedindo a concretização de testes, como no caso da desvulcanização.

### Principais vitórias:

- Lei das Gerações Futuras: proposta pronta (2025) e reforço da inserção de Portugal no debate internacional sobre economia do bem-estar.
- Ambiente não tóxico: formação de 132 eco-embaixadores (meta 100) + 40 via formação flash sobre químicos no quotidiano, associada a uma forte campanha nas redes sociais (cerca de 150 publicações com mais de 147 mil visualizações).
- Resíduos urbanos: demonstração de potencial de desvio de aproximadamente 70% do indiferenciado via TMB; formação de 94 multiplicadores MENSY (meta era de 20); Food Connect com alcance de mais de 20 mil visualizações.
- Resíduos não urbanos: instalação de tratamento mecânico a montante de um aterro de resíduos não perigosos; revisão do método de cálculo do desempenho dos desfragmentadores - Valorcar; Diverde criada e pedido de licenciamento submetido.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE09: Promover um modelo económico e cultural onde o princípio da suficiência é o elemento base, de forma a garantir que as gerações futuras poderão satisfazer as suas necessidades, em respeito pelos limites planetários.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Preparar uma proposta de Lei sobre as Gerações Futuras que promova a justiça intergeracional nas decisões políticas tomadas pelo Governo, Parlamento e ao nível municipal.
  - Participação em redes (WEAll Iberia - *Schools of International Futures*) que permitam fortalecer o nosso trabalho sobre o tema
- **O que queríamos alcançar:**
  - Finalização de uma proposta que possa ser divulgada entre vários *stakeholders* no sentido de reunirmos o seu apoio à iniciativa, previamente à sua apresentação à Assembleia da República
  - Aprofundar o envolvimento de Portugal no tema da Economia do Bem-Estar
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Proposta de Lei está pronta para ser partilhada com *stakeholders* de diferentes quadrantes da sociedade portuguesa.
  - Portugal é, neste momento, observador na rede da *Wellbeing Economy Governments* (através do envolvimento do PlanApp).
  - Promoção de uma reunião entre a anterior Representante das Gerações Futuras do País de Gales - Sophie Howe - com a equipa diretiva do PlanApp.
- **O que ficou por alcançar:**
  - Inicialmente a expectativa era a de já termos conseguido avançar com o envolvimento dos *stakeholders* durante 2025, mas devido à falta de recursos, tal não foi ainda possível.
- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Proposta de Lei preparada para divulgação por <i>stakeholders</i>	2025	2025	→



- **Histórias que se destacaram:**

**Antes:**

Portugal não tinha uma ligação mais formal à rede da *Wellbeing Economy Alliance*.

**Depois:**

Através dos contactos que facilitámos, foi possível apoiar o envolvimento do PlanApp na rede WEGov, de Governos que estão a trabalhar em prol da promoção de economia do Bem-Estar

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

Face à inexistência de financiamento direto para esta iniciativa, é importante ajustar as expectativas em termos do que poderá ser possível concretizar.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE10: Colocar a economia portuguesa alinhada com o cumprimento das metas europeias na área da circularidade – resíduos urbanos.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Apresentação de proposta de redução da colocação de 1 milhão de toneladas de resíduos urbanos em aterro, através da recolha seletiva de alta eficiência e do Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) perante as entidades competentes.
  - Implementação do projeto “*Menstruation: Empowerment and sustainability*” (MENSY).
  - Implementação do projeto LIFE Food Connect (combate ao desperdício alimentar através da facilitação do processo de doação de alimentos).
  - Promoção da reutilização através do acompanhamento da implementação da legislação (responsabilidade alargada do produtor; Regulamento embalagens; Diretiva-quadro resíduos; Diretiva direito à reparação), e do projeto ERIC - trabalho com dois municípios Zero Waste na promoção de práticas de reutilização (eventos e *take-away*).
  - Campanha para melhorar a gestão de óleos alimentares usados.
  - Implementação do projeto Devolver à Terra - compostagem em meio escolar
- **O que queríamos alcançar:**
  - Alterar o paradigma da gestão dos resíduos urbanos através da introdução da recolha seletiva de alta eficiência (modelos porta-a-porta e contentores com acesso condicionado) e da melhoria e aumento da capacidade de tratamento dos resíduos urbanos indiferenciados através de TMB tornando assim desnecessária a aposta na construção de mais incineração.
  - Capacitar multiplicadores e, conseqüentemente, jovens sobre menstruação sustentável e alternativas reutilizáveis.
  - Reforçar a mensagem sobre a redução do desperdício alimentar e a responsabilização de produtores, retalho e consumidores de acordo com as metas de redução de desperdício alimentar previstas na Diretiva-Quadro de Resíduos da UE (redução até 2030) com especial foco em vários setores estratégicos da sociedade (p.e. hotelaria, grande distribuição).
  - Aprofundar o conhecimento sobre a situação da reutilização em Portugal, garantir que a integração da legislação europeia no quadro-jurídico nacional potencia a prevenção e apoiar a implementação de iniciativas de reutilização nos municípios.
  - Monitorizar a quantidade de óleos virgens colocados no mercado e a quantidade de óleos alimentares usados recolhidos no canal doméstico e HORECA.
- **Biorresíduos e Compostagem**
  - Reforçar a implementação e o desempenho da recolha seletiva de biorresíduos urbanos, promovendo simultaneamente soluções de compostagem doméstica, comunitária, escolar e agro-compostagem, enquanto instrumentos estruturantes para o cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem.



- Avaliar tecnicamente o desempenho dos sistemas de gestão de biorresíduos (análise de dados, qualidade da separação na origem e eficiência de encaminhamento), identificando constrangimentos regulatórios e operacionais.
- Promover a integração da compostagem em contexto escolar como prática estruturante e ponto de partida para modelos mais abrangentes de economia circular, alinhados com o conceito de Escola Zero Resíduos capacitando escolas para a implementação progressiva de políticas internas de prevenção, reutilização e valorização de resíduos, assegurando o envolvimento da comunidade escolar e a articulação com os municípios.

#### **Recicláveis, Triagem e Tratamento (incluindo TMB)**

- Avaliar a eficiência das infraestruturas de tratamento, incluindo instalações de triagem e TMB (Tratamento Mecânico e Biológico), através de análises custo-benefício (CBA) e da qualidade dos fluxos recicláveis recuperados.
- Promover a melhoria da qualidade da recolha seletiva e do desempenho global dos sistemas, reduzindo rejeitados e reforçando a valorização material.

#### **Modelos de Recolha e Boas Práticas Municipais**

- Promover e acompanhar a implementação de modelos de recolha seletiva de elevada eficiência, nomeadamente sistemas porta-a-porta (PAP), projetos-piloto municipais e soluções dirigidas a pequenos produtores e comércio.
- Mapear, monitorizar e divulgar boas práticas municipais, incluindo análise comparativa dos PAPERSU e diagnóstico técnico-operacional junto dos municípios.

29

#### **Study Tours, Visitas Técnicas e Capacitação**

- Promover a capacitação técnica e a partilha de conhecimento entre *stakeholders* através de eventos técnicos, workshops, visitas de estudo (*study tours*) e encontros presenciais, com foco na replicação de modelos de sucesso.
- Fomentar o diálogo estruturado entre municípios, entidades gestoras e administração central para acelerar a implementação de soluções tecnicamente robustas e alinhadas com as metas europeias.

#### **PAYT e Sustentabilidade Económico-Financeira**

- Avaliar e promover modelos tarifários ambientalmente eficazes e financeiramente equilibrados, incluindo a implementação de sistemas PAYT (*Pay-As-You-Throw*) assentes na separação na origem e na internalização de custos.
- Contribuir para a definição de modelos de financiamento e regulação que assegurem a sustentabilidade económico-financeira dos sistemas municipais de gestão de resíduos.

#### **● O que conseguimos alcançar:**

- Demonstrada a viabilidade técnica e económica dos TMB desviarem 70% dos resíduos urbanos indiferenciados dos aterros.



- Aparente abandono da ideia de avançar com a construção de mais incineradores de resíduos urbanos (expresso em declarações de representantes do Ministério do Ambiente e Energia) no Continente.
- Formámos 94 multiplicadores no projeto MENSY, incluindo 30 alunos do secundário; houve já ações de multiplicação das formações por parte destes formandos.
- Criámos diversos posts de sensibilização relativamente ao tema da menstruação sustentável que tiveram mais de 147 000 visualizações, reforçando o alcance da mensagem sobre menstruação sustentável.
- Obtivemos dados realistas sobre desperdício alimentar através da caracterização da fração indiferenciada no Município de Ourique, o que nos forneceu exemplos e referências úteis para futuras análises e estatísticas.
- Criámos conteúdos de sensibilização sobre desperdício alimentar, incluindo publicações nas redes sociais e dois episódios do podcast Food Connect, com um total de alcance superior a 20 mil pessoas.
- Iniciámos o trabalho com dois municípios Zero Waste para monitorizar o impacto de iniciativas de redução e reutilização e aproveitámos diferentes situações para promover a ideia da RAP dever financiar a prevenção (redução e reutilização).
- Obtivemos uma resposta da APA com explicação sobre o facto de ter deixado disponibilizar dados de colocação de óleos alimentares no mercado. A resposta também inclui dados de recolha, apesar de não discriminados pelo setor doméstico e HORECA. Também há um reconhecimento por parte da APA de algumas sugestões do relatório da ZERO sobre a gestão de OAU, nomeadamente a utilidade da recolha seletiva porta-a-porta (apesar de afirmarem que é mais onerosa).

30

#### **Recicláveis, Triagem e Tratamento (TMB/MRBT)**

- Desenvolvemos uma análise aprofundada do papel das instalações de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB/MRBT) e da bioestabilização como solução imediata para desviar resíduos de aterro, defendendo a modernização e expansão destas infraestruturas como alternativa mais rápida, económica e eficaz face à incineração.
- Produzimos pareceres técnicos e comunicações públicas contestando o envio de biorresíduos não estabilizados para aterro e a expansão de novas células de aterro (caso ALGAR – Portimão), reforçando a obrigatoriedade de pré-tratamento e estabilização da fração orgânica antes da deposição final.

#### **Biorresíduos e Compostagem**

- Consolidamos uma agenda técnica e política para a gestão de biorresíduos, com forte incidência na compostagem descentralizada (doméstica, comunitária e municipal), na agro-compostagem e na valorização de grandes produtores (>1100 L/dia), por meio de workshops técnicos, congressos (1.º Congresso Ibérico de Compostagem), capacitação municipal e produção de pareceres técnicos e comunicados de imprensa.
- Reforçámos a análise crítica do desempenho nacional na recolha seletiva de biorresíduos, publicando avaliações nacionais, relatórios técnicos (ex. Ourique) e promovendo boas práticas municipais (Guimarães, Seixal, São João da Madeira, Fornos de Algodres),



contribuindo para a melhoria da separação na origem e redução do envio de orgânicos para aterro.

### **Modelos de Recolha e Boas Práticas Municipais**

- Promovemos e capacitámos municípios para a implementação de modelos de recolha seletiva de alta eficiência, nomeadamente sistemas porta-a-porta (PAP), recolha com controlo de acesso e sistemas PAYT, através de study tours internacionais (País Basco, Navarra, Catalunha), visitas técnicas nacionais e workshops especializados.
- Produzimos análise técnica e advocacy sobre os PAPERSU e modelos municipais, defendendo a replicação de sistemas que atingem elevadas taxas de recolha seletiva (até 80–87%), articulando eficiência operacional, equilíbrio tarifário e envolvimento cidadão.

### **PAYT e Sustentabilidade Económico-Financeira dos modelos de recolha**

- Intervimos no debate nacional sobre a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), defendendo a manutenção do sinal económico penalizador para aterro e incineração e a isenção para valorização orgânica, reforçando o princípio da hierarquia dos resíduos e da internalização de custos ambientais.

### **Capacitação Técnica, Advocacy e Produção de Conhecimento**

- Organizámos múltiplas ações de capacitação (workshops técnicos, cursos, *study tours*, Fórum Nacional de Biorresíduos, Congresso Ibérico), envolvendo dezenas de municípios, técnicos e decisores políticos, reforçando competências técnicas na recolha seletiva, compostagem, PAYT e valorização orgânica.
- Produzimos um conjunto robusto de instrumentos de *advocacy*: comunicados de imprensa, pareceres técnicos (EIA, Plano TERRA), cartas e pedidos de informação às autoridades, relatórios técnicos e análises comparativas, influenciando o debate nacional sobre a emergência dos aterros e as opções estratégicas para o setor.

### **● O que ficou por alcançar:**

- Visitas das entidades oficiais (Secretaria de Estado do Ambiente, APA) e Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos às unidades de TMB mais eficientes (Resialentejo e Ambilital)
- Caracterização da situação nacional em termos de reutilização ainda apenas parcialmente realizada (têxteis, móveis também associado ao tema da reparação), mas a componente das embalagens está ainda por caracterizar.
- Desenvolver um modelo de pagamento por resultados para alocação de fundos europeus para as entidades gestoras (municípios e associações de municípios), onde se privilegie o desempenho do sistema implementado e não apenas a execução do mesmo.
- Mostrar estudos de caso (boas práticas) ao nível dos municípios em que se possa analisar o modelo de recolha e gestão de forma completa, com dados relativos ao município no seu global, existindo apenas dados parciais (pilotos, bairros, etc).
- O nosso trabalho de promoção de boas práticas teve pouco contributo do tema de tarifários ao nível municipal, ficando a questão do PAYT apenas como uma recomendação
- Iniciativas concretas com impacte na melhoria da gestão de óleos alimentares usados.



- **Principais indicadores:**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Demonstração que os TMB podem reduzir em 70% a colocação de resíduos urbanos em aterro	1	0,5	↑
Multiplicadores formados no projeto MENSY	20	94	↑
Escolas integradas no projeto Devolver à Terra	30	23	↓

- **Histórias que se destacaram:**

**Antes:**

1. Os TMB eram vistos como uma solução ultrapassada e a construção de mais capacidade de incineração estava a ganhar tração, como alternativa para resolver o problema com os aterros.
2. Muitos municípios apresentavam dificuldades técnicas na definição de modelos operacionais eficazes e na articulação entre recolha seletiva, tratamento local e cumprimento das metas legais.
3. O setor HORECA e outros grandes produtores estavam pouco envolvidos na implementação prática das obrigações legais, com ausência de planos estruturados de prevenção e separação na origem.
4. São publicados para consulta pública vários processos de licenciamento de novas infraestruturas e células de aterro onde se prevê a deposição de matéria orgânica sem pré - tratamento, infringindo a legislação em vigor (Diretiva Aterros). Esta situação foi particularmente evidente na região do Algarve, onde as propostas de expansão previam a receção anual de grandes quantidades de resíduos urbanos indiferenciados.
5. Verificava-se uma necessidade significativa de formação e capacitação dos executivos e dos quadros técnicos dos municípios e outras entidades públicas na área dos resíduos, bem como de espaços estruturados de aprendizagem entre pares, envolvendo decisores, técnicos municipais e operadores do setor

**Depois:**

1. Depois da campanha da ZERO, existe um muito maior interesse em conhecer as melhores tecnologias disponíveis no âmbito do TMB de forma a reduzir a colocação de resíduos urbanos em aterro e a incineração perdeu espaço.
2. Através de ações de formação, eventos técnicos e partilha de boas práticas, apoiámos a transferência de conhecimento entre territórios, reforçando a capacidade municipal para implementar sistemas de recolha de alta eficiência, compostagem e instrumentos como PAYT.



3. O trabalho direto com empresas, workshops setoriais e promoção de boas práticas contribuíram para aumentar a preparação técnica do setor e para demonstrar soluções replicáveis de gestão de biorresíduos fora do circuito municipal.
4. Através da elaboração de pareceres técnicos em sede de AIA, análise de dados de composição de resíduos e comunicação fundamentada, evidenciamos que a deposição de resíduos não estabilizados potencia emissões de metano, odores e lixiviados, além de comprometer metas de desvio de aterro. No caso do sistema localizado em Portimão, identificamos lacunas na demonstração do tratamento prévio e defendemos o reforço do encaminhamento para TMB/MRBT, bem como a aceleração da recolha seletiva de biorresíduos, como condição essencial para qualquer aumento de capacidade instalada. Este trabalho contribuiu para um maior escrutínio técnico das decisões e para recentrar o debate na hierarquia de resíduos e na mitigação de emissões de metano.
5. Organizámos visitas técnicas internacionais e eventos de capacitação que permitiram observar no terreno sistemas de recolha porta-a-porta, modelos PAYT, soluções de reutilização e infraestruturas de tratamento de biorresíduos, envolvendo maioritariamente municípios, sistemas intermunicipais, entidades gestoras de resíduos, empresas do setor e consultores técnicos. No total, estas iniciativas mobilizaram várias dezenas de participantes (tipicamente entre 30 e 80 por ação), promovendo transferência de conhecimento aplicada, criação de redes técnicas e maior confiança na replicação de soluções de elevada eficiência no contexto nacional.

33

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

- Investir na recolha de dados técnicos detalhados sobre o funcionamento dos TMB, complementando a informação disponível publicamente, com dados mais aprofundados que combinem a componente numérica com uma explicação narrativa.
- Ajustar o modelo de multiplicação do projeto MENSY para aumentar o alcance das formações, incluindo opções em formato online, sendo que para tal será necessário procurar por novas fontes de financiamento.
- Necessidade de ligar evidência técnica à narrativa política: a evolução do debate público em torno da crise dos resíduos demonstrou que a produção de informação técnica, por si só, não é suficiente para influenciar decisões, sobretudo quando o foco político está orientado para soluções infraestruturais imediatas; tornou-se claro que a evidência tem de ser traduzida em argumentos operacionais, económicos e temporais comparáveis, capazes de demonstrar viabilidade e rapidez de implementação, o que levou a reformular a forma de comunicação, integrando sistematicamente análises de custo-eficácia, calendarização e enquadramento legal.
- A implementação local depende mais de modelos operacionais do que de enquadramento legal: apesar da obrigatoriedade legal de recolha seletiva de biorresíduos já estar estabelecida, verificou-se que muitos municípios enfrentam sobretudo desafios técnicos e organizacionais — definição de circuitos, adaptação de equipamentos, comunicação com municípios e articulação com soluções de tratamento — evidenciando que o principal bloqueio é operacional e não normativo, o que levou a reforçar ações centradas na capacitação prática, no desenho de sistemas e na partilha de exemplos concretos de implementação.



- O envolvimento dos grandes produtores exige abordagens diferenciadas das municipais: o trabalho com grandes produtores revelou que os instrumentos e modelos utilizados no contexto municipal não são diretamente transferíveis para o setor empresarial, onde predominam lógicas contratuais, constrangimentos logísticos próprios e diferentes incentivos económicos, tornando necessário atuar ao nível da cadeia de valor, da articulação com operadores privados e da demonstração de soluções tecnicamente viáveis, ajustando a abordagem para promover mudanças efetivas neste segmento.
- A implementação eficaz de práticas de compostagem em contexto escolar depende fortemente de modelos de mentoria contínua e acompanhamento próximo e o envolvimento da comunidade escolar (incluindo cantinas, professores e alunos) é um fator crítico de sucesso, exigindo estratégias específicas de mobilização e corresponsabilização sendo a articulação com municípios determinante para ultrapassar barreiras logísticas e garantir acesso a materiais, devendo ser institucionalizada desde o início dos projetos.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

Claramente o forte enfoque na promoção do TMB e contrapor os argumentos usados para apresentar a incineração de resíduos como uma opção, não estavam tão presentes na definição dos objetivos estratégicos de longo prazo para os resíduos, mas face a propostas que, entretanto, surgiram, foi necessário constituir uma task-force para realinhar o debate público com os objetivos que defendemos.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE10: Colocar a economia portuguesa alinhada com o cumprimento das metas europeias na área da circularidade – resíduos não urbanos**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Promover a colocação de unidades de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) a montante dos aterros de resíduos industriais não perigosos, com o objetivo de evitar a colocação de resíduos orgânicos em aterro, assim como promover a separação de materiais recicláveis, tais como embalagens.
  - Campanha “Resiauto - óleos de automóveis” visando a sensibilização, através de Mupis digitais, para a entrega dos óleos lubrificantes usados resultantes de mudanças de óleos realizadas fora das oficinas de automóveis.
  - Campanha de fiscalização da recolha de frigoríficos usados através da utilização de GPS, de forma a sensibilizar as autoridades ambientais para o problema do desvio destes resíduos perigosos para destinos ilegais.
  - Alteração do método aplicado pela Valorcar para cálculo da taxa de reciclagem e valorização dos resíduos de fragmentação das carcaças de Veículos em Fim de Vida (VFV), de forma a promover o encaminhamento desses resíduos para os destinos superiores da hierarquia da gestão de resíduos e a respetiva penalização do envio para aterro
  - Promover a concretização do licenciamento de uma entidade gestora para os resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica.
  - Promover a sustentabilidade na gestão de pneus usados, nomeadamente potenciar a recauchutagem, a reciclagem e identificar soluções alternativas que desvie pneus usados da valorização energética
  - Melhorar o desempenho dos mercados municipais em relação à gestão de SPA (Subprodutos Animais).
- **O que queríamos alcançar:**
  - Instalação de um TMB a montante de um aterro de resíduos industriais não perigosos.
  - Conclusão da campanha “Resiauto - óleos de automóveis”.
  - Verificar o destino dado a 8 frigoríficos usados entregues na compra de 8 frigoríficos novos.
  - Alteração do método de avaliação do desempenho ambiental dos fragmentadores de VFV.
  - Concretização do licenciamento de uma entidade gestora para os resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica.
  - Fazer um teste piloto com pneus usados destinados à incineração aplicando a desvulcanização.
  - Promover a recauchutagem.
  - Fazer um ponto de situação da gestão de SPA em mercados municipais.
- **O que conseguimos alcançar**



- Instalação de um TM a montante de um aterro para resíduos industriais não perigosos.
  - Preparação dos materiais para divulgação da campanha “Resiauto - óleos de automóveis”.
  - Aquisição e preparação do material para controle do GPS e formação dos técnicos da ZERO para acompanhamento do percurso dos frigoríficos em fim de vida recolhidos.
  - Alteração do método de avaliação do desempenho ambiental dos fragmentadores de VFV.
  - Criação da Diverde, entidade que apresentou à APA pedido de licenciamento para gestora dos resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor.
  - Uma série de artigos em vários canais sobre prevenção de resíduos de pneus e recauchutagem, alcançando ao todo mais de 2800 visualizações diretas.
  - Participação, com a criação de KPIs para cada candidatura, no projeto NextLap Tech Hub (dinamizada pela BETA-I) apoiado pela VALORPNEU.
  - Tentativa, por 2 vezes, da realização do teste piloto de desvulcanização.
- **O que ficou por alcançar:**
    - Instalação da componente de tratamento biológico na unidade de TMB.
    - Instalação dos Mupis digitais da campanha “Resiauto - óleos de automóveis”.
    - Controle através de GPS do destino de 8 frigoríficos usados.
    - Licenciamento da Diverde como entidade gestora dos resíduos hospitalares perigosos de origem doméstica no âmbito da Responsabilidade Alargada do Produtor.
    - O teste piloto de desvulcanização foi abandonado por dificuldades técnicas.
    - Por razões de saúde do colaborador que iria dar apoio à ZERO não foi possível fazer o referido ponto de situação da gestão de SPA.

36

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
TMB a montante de aterro de resíduos industriais não perigosos	1	0,5	↑
Campanha Resiauto - óleos lubrificantes	1	0,5	↑
Controle da recolha de frigoríficos usados através de GPS	1	0,5	→
Alteração do método de avaliação ambiental dos fragmentadores de VFV	1	1	→
Licenciamento entidade gestora dos resíduos perigosos de autocuidados	1	0,5	↓



- **Histórias que se destacaram:**

**Antes:**

A utilização do TMB antes da colocação de resíduos industriais não perigosos em aterro não era vista como uma possibilidade pelas empresas responsáveis pela gestão desses aterros

**Depois:**

A instalação de um TM num aterro, mesmo que ainda sem a componente do Tratamento Biológico, veio demonstrar o interesse dessa tecnologia para desviar resíduos recicláveis do aterro e aumentar o tempo de vida do mesmo.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

Dificuldades inesperadas no funcionamento de empresas prestadoras de serviços e de venda de equipamentos, como foram os casos do fornecimento de equipamento GPS para controle da recolha de frigoríficos usados, assim como do processo de cedência de Mupis digitais para a campanha sobre a recolha de óleos de automóveis.

A lição a retirar destes dois casos é de que em projetos futuros desenvolvidos pela ZERO tem de haver uma maior pressão sobre as empresas contratadas para o fornecimento de equipamentos e serviços.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE12: Contribuir para a redução da presença de substâncias químicas perigosas para o ambiente e para a saúde humana, através do reforço da legislação europeia e da capacitação dos cidadãos para que possam evitar a sua presença no quotidiano.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações/áreas:**
  - Projeto LIFE ChemBee
  - Promoção da app Scan4Chem
  - Acompanhamento das políticas públicas na área das substâncias químicas
- **O que queríamos alcançar:**
  - Promover a formação de eco-embaixadores (100) capacitados para servirem de multiplicadores.
  - Promover a capacitação dos cidadãos para tomarem decisões mais fundamentadas com o intuito de reduzirem o risco de exposição a substâncias químicas perigosas (para a sua saúde e para o ambiente) através de uma forte campanha nas redes sociais.
  - Garantir que os decisores políticos (em Portugal e no Parlamento Europeu) conhecem as nossas posições quanto ao tema das substâncias químicas e que os dossiers relevantes para o tema não são prejudicados pela atual onda de desregulamentação.
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Formámos mais de 132 eco-embaixadores (o objetivo era 100) e realizámos ainda uma formação flash (mais curta) que envolveu mais 40 pessoas. Foram feitas ainda três apresentações sobre o tema que envolveram cerca de 150 pessoas.
  - É difícil quantificar a mudança nas práticas de quem vê os conteúdos partilhados nas nossas redes ou participa nas formações (de maior ou menor duração), mas o facto de terem sido publicadas cerca de 150 publicações nas redes sociais durante 2025, algumas com um reach na ordem das dezenas e centenas de milhar, parece demonstrar o interesse pelo tema.
  - Partilhámos informações com os nossos representantes políticos sobre o que o movimento ambientalista considera relevante sobre dossiers como a legislação sobre brinquedos, cosméticos e a revisão do Regulamento REACH.
- **O que ficou por alcançar:**
  - A passagem da palavra por parte dos eco-embaixadores formados às suas redes de sociabilidade (familiares, amigos, colegas). A expectativa era a de que cada um realizasse, pelo menos, cinco visitas a outros agregados familiares, mas a maioria não o fez, nem voltou a participar nas sessões de acompanhamento que foram sendo organizadas. Neste contexto, o indicador do projeto relativo às visitas realizadas pelos eco-embaixadores ficou muito aquém do valor estimado inicialmente, mesmo com a formação de um número maior de eco-embaixadores do que planeado inicialmente.

38



- Em termos de relacionamento com os nossos representantes políticos, o facto da revisão do Regulamento REACH se ter atrasado, acabou por coartar um pouco a interação, pois sem uma proposta concreta é difícil mobilizar os decisores políticos para a reflexão sobre o tema. As interações acabaram por decorrer mais tardiamente e pelas piores razões – iniciativas omnibus.

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Formação de Eco-embaixadores	100	132	↑
Iniciativas da campanha de capacitação sobre químicos no quotidiano (incluindo promoção da utilização da Scan4Chem)	ND	150	↑
Visitas realizadas por eco-embaixadores	500	229	↓

- **Histórias que se destacaram:**

A formação de eco-embaixadores foi muito gratificante, visto que para muitos dos que a frequentaram foi o primeiro grande contacto com o tema e, em geral, a opinião foi muito positiva (feedback da formação de eco-embaixadores):

“Os conteúdos revelaram-se gradualmente de uma importância e utilidade difíceis de descrever. Analisaram-se aspetos muito diversos com uma profundidade que nos permitirá fazer escolhas bem fundamentadas.”

“Aprender a fazer escolhas ecologicamente conscientes que nos ajudam a minimizar os químicos perigosos nas nossas casas. De grande utilidade os rótulos ecológicos e as aplicações.”

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

O modelo de formação de eco-embaixadores não vai ao encontro das expectativas iniciais do projeto, visto que o efeito de multiplicador da mensagem é baixo. Em suma, o esforço despendido com a formação de cerca de 10h não é depois correspondido pelo empenho dos eco-embaixadores em passarem a mensagem a outros que lhes são próximos. Assim, para o futuro será importante apostar em modelos mais leves, que requeiram um menor esforço por parte da ZERO e se foquem mais numa lógica de transmissão direta a quem frequenta as ações..

A área dos químicos é particularmente pouco familiar para a maioria dos decisores políticos, daí a necessidade de continuar a estabelecer canais de comunicação e partilhar posições comuns ao movimento ambientalista europeu com os decisores nacionais.



- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**
  - Ainda que já referido anteriormente, podemos sublinhar que, de forma inesperada e pelas piores razões, acabámos por interagir com os nossos representantes políticos mais para o final do ano devido às iniciativas omnibus, com particular foco no tema da legislação sobre cosméticos.



## Sumário Executivo – Clima, Energia e Mobilidade

### Resumo do trabalho realizado

Em 2025, o grupo de trabalho em clima, energia e mobilidade da ZERO concentrou-se em avançar o cumprimento das metas estratégicas nacionais de descarbonização, renováveis e eficiência energética. No sector da eletricidade, incidiu sobre a aceleração da expansão de energias renováveis, reforço ou alargamento da rede, ordenamento espacial das áreas territoriais aptas aos projetos de renováveis, promovendo a eletrificação e a implementação de soluções de armazenamento e flexibilidade. Paralelamente, monitorizou e analisou a evolução das políticas públicas, propondo contributos técnicos que reforçaram a visibilidade e o debate sobre a necessidade de metas claras e implementáveis, ao mesmo tempo que acompanhou a transposição da RED III.

No consumo final de energia e eficiência energética, o grupo reforçou o acompanhamento político e a comunicação sobre a importância da redução da procura de energia e a implementação de medidas estruturais em edifícios, indústria e transportes. Destacou-se o acompanhamento do atraso na apresentação do Plano Social para o Clima, que trouxe para a agenda a necessidade de integrar a justiça social nas políticas de transição energética, e a produção de pareceres, notas técnicas e análises sobre lacunas e oportunidades em eficiência energética, incluindo consultas públicas.

No sector dos transportes, o grupo focou-se na redução de emissões, na incorporação de energias renováveis e na promoção da mobilidade elétrica, transporte público, e.g. ferrovia, e mobilidade ativa. Interveio em processos legislativos e regulatórios relevantes, incluindo o regime jurídico da mobilidade elétrica, e reagiu rapidamente a debates. Foram também realizadas ações não previstas, como análises e posicionamentos públicos em resposta a desenvolvimentos europeus e nacionais que poderiam impactar a trajetória do setor.

No geral, o grupo conseguiu reforçar o diálogo com decisores, entidades sectoriais e outras organizações da sociedade civil, aumentar a visibilidade pública dos temas críticos e produzir análises e posicionamentos que ajudaram a identificar lacunas e oportunidades em todos os sectores acompanhados. Apesar de alguns objetivos não terem sido plenamente alcançados, como a adoção de medidas mais ambiciosas ou a implementação rápida de algumas políticas, as aprendizagens e ajustes previstos em 2025 proporcionaram bases sólidas para fortalecer o trabalho e acelerar a transição energética nos anos seguintes.

### Desafios encontrados

O grupo enfrentou vários desafios no desenvolvimento das suas atividades ao longo do ano. Um dos principais foi a incerteza regulatória e política, tanto a nível europeu como nacional, por exemplo em torno do afrouxamento da meta europeia de cessação da venda de veículos com motor de combustão a partir de 2035 e atrasos na transposição da RED III. A adoção de diferentes pacotes *omnibus* europeus, muitas vezes focados em desregulamentação e simplificação administrativa, criou barreiras adicionais ao avanço de políticas climáticas estruturadas, dificultando a implementação de medidas coerentes e de longo prazo.

No que respeita ao CELE 2, registaram-se desafios significativos decorrentes do crescente retrocesso político em vários Estados-Membros, frequentemente associado a preocupações sociais e ao receio de impactos económicos. Esta contestação tem contribuído para um ambiente de incerteza quanto à implementação



plena do instrumento, sendo a volatilidade dos preços utilizada como principal argumento justificativo, o que tem gerado uma nova vaga de instabilidade e hesitação política em torno do seu avanço.

Outro desafio relevante foi a falta de avanço estrutural nas políticas de renovação energética de edifícios. Apesar da existência de programas e incentivos, muitos continuam a assumir um caráter fragmentado e pouco transformador, não enfrentando as causas estruturais do problema, como a baixa qualidade do parque edificado, a insuficiência de financiamento adequado e a escassez de mão-de-obra qualificada. A lentidão nas respostas institucionais e a persistência de planos excessivamente genéricos, frequentemente traduzidos em listas de intenções sem metas claras, indicadores robustos ou mecanismos eficazes de monitorização, limitaram o impacto das medidas adotadas.

De forma mais ampla, a implementação lenta de políticas estruturais, incluindo a renovação energética profunda de edifícios, a expansão de infraestruturas de carregamento elétrico e a eletrificação do transporte público, reduziu o alcance imediato das recomendações apresentadas. Paralelamente, a necessidade de conciliar ambição ambiental com justiça social, agravada pelo atraso na apresentação do Plano Social para o Clima, revelou-se um desafio constante, exigindo uma maior articulação entre eficiência energética, redução de emissões e medidas de proteção social.

O grupo deparou-se ainda com a complexidade técnica e sectorial, dada a diversidade de sectores acompanhados (eletricidade, consumo final de energia, transportes) e a necessidade de integrar eletrificação, renováveis, eficiência energética e mudanças comportamentais em soluções coerentes. Acresceu a isso o cenário político-social atual, com maior enfoque em competitividade, defesa e armamento e menor prioridade às políticas climáticas, tornando mais difícil a obtenção de compromissos vinculativos e investimentos consistentes no setor ambiental.

Por fim, apesar da comunicação pública e mediática ter ganho relevância, existiu o desafio de sensibilizar decisores e sociedade civil sobre a urgência das metas, garantindo que o debate público se traduzisse em ações concretas e consistentes no terreno. Estes desafios forneceram aprendizagens importantes para ajustar estratégias e narrativas e fortalecer a eficácia do trabalho do grupo nos anos seguintes.

42

## Principais vitórias

- Contributos técnicos e posição de influência na construção da proposta de ECA do Oceano Atlântico Nordeste, garantindo a respetiva aplicação no maior âmbito geográfico possível (incluindo as Zonas Económicas Exclusivas de Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, através das Ilhas Faroé e da Gronelândia) e com disposições mais robustas ao nível das restrições de óxidos de azoto (NOx).
- Lançamento oficial da Rede Lusófona para o clima.
- Contributos e posições públicas influenciadoras do debate e decisões em políticas de clima, energia e mobilidade, reforçando a ambição climática.
- Portugal torna-se no primeiro país a consagrar em lei a proteção dos fundos marinhos de atividades de extração mineira com a aprovação da moratória até 2050 sobre a mineração em mar profundo em águas portuguesas.
- Portugal, através da Direção-Geral dos Recursos Naturais, Serviços e Vigilância Marítima (DGRM) e com o apoio da ZERO, liderou eficazmente o processo que culminou na aprovação



da maior ECA do mundo, que vai permitir controlar as emissões de SOx, NOx e PM oriundas dos navios que navegam de Portugal à Gronelândia.

- Portugal comprometeu-se com a meta de neutralidade climática em 2045 na versão final do PNEC submetida à CE



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico - OE14:** - Ter Portugal alinhado com o 1,5°C do Acordo de Paris, i.e., numa trajetória de -60% de emissões em 2030, -55% de emissões em 2028, em relação ao ano de 2005
- **Principais projetos/iniciativas/ações**
  - Monitorização e avaliação independente das emissões de GEE, e das políticas públicas subjacentes, face à trajetória compatível com 1,5°C (energia, transportes e edifícios), com divulgação de resultados.
  - Advocacia e reforço das políticas climáticas: Advocacia para reforço das metas e medidas do PNEC e restantes instrumentos estratégicos, alinhando-os com reduções de emissões compatíveis com -60% em 2030; Intervenção para combater a simplificação excessiva e o **retrocesso** em instrumentos como o **CELE**, em particular o **CELE2**, promovendo políticas eficazes e resistentes à oposição de alguns Estados-Membros. Participação ativa em processos legislativos e regulamentares relevantes, incluindo energia renovável, eficiência energética, mobilidade sustentável e fiscalidade verde.
  - Campanhas públicas e comunicação para acelerar a eletrificação, a eficiência energética e a redução da procura de energia e de transporte motorizado individual.
  - Promoção de soluções de mobilidade sustentável (ferrovia, transporte coletivo, mobilidade ativa) através de estudos, posicionamentos e incidência política.
  - Participação em redes europeias e projetos colaborativos para reforçar a ambição climática e partilhar boas práticas.
  - Comunicação e posicionamento público sobre a implementação sustentável da energia eólica offshore em Portugal; participação em processos de consulta pública e incidência política sobre o planeamento do setor; envolvimento direto com os interessados nacionais relevantes, incluindo administração pública, setor energético e outras associações.
- **O que queríamos alcançar**
  - Contribuir para que as políticas públicas nacionais fiquem alinhadas com uma trajetória compatível com 1,5°C, reforçando a ambição climática até 2030 (-60%) e procurando alcançar a neutralidade climática mais cedo (2040).
  - Garantir que as metas do PNEC2030 / RNC2045/ Lei de Bases do Clima sejam cumpridas.
  - Mudança estrutural no setor dos transportes, setor crítico para atingir as metas nacionais.
  - Influenciar decisões e instrumentos estratégicos nos setores da energia, mobilidade e eficiência energética.
  - Produzir análises e recomendações que permitam avaliar o progresso e identificar lacunas nas políticas climáticas.
  - Aumentar a visibilidade pública e mediática da necessidade de acelerar a redução de emissões.
  - Reforçar o diálogo com decisores políticos, entidades públicas, parceiros da sociedade civil e redes europeias, promovendo soluções sustentáveis e baseadas em evidência científica.



- Garantir a aprovação da proposta de Área de Emissões Controladas (ECA, na sigla em inglês) de enxofre, óxidos de azoto e partículas finas do Atlântico Nordeste na 83.ª sessão do Comité de Proteção do Ambiente Marinho da Organização Marítima Internacional

- **O que conseguimos alcançar**

- Contributos e posições públicas influenciadoras do debate e decisões em políticas de clima, energia e mobilidade, reforçando a ambição climática.
- Produção e divulgação de análises e recomendações que ajudaram a monitorizar o alinhamento das políticas nacionais com a trajetória de 1,5°C.
- Maior visibilidade pública e mediática para a necessidade de acelerar a redução de emissões, em particular no setor dos transportes.
- Reforço do diálogo com decisores políticos, entidades públicas e parceiros da sociedade civil.
- Estabelecimento de novas parcerias e colaborações com organizações nacionais e europeias, reforçando redes estratégicas para o desenvolvimento de soluções climáticas e sociais.
- Contributos técnicos e posição de influência na construção da proposta de ECA do Oceano Atlântico Nordeste, garantindo a respetiva aplicação no maior âmbito geográfico possível (incluindo as Zonas Económicas Exclusivas de Portugal, Espanha, França, Reino Unido, Irlanda e Dinamarca, através das Ilhas Faroé e da Gronelândia) e com disposições mais robustas ao nível das restrições de óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>).
- Participação ativa em iniciativas e redes europeias, contribuindo para a troca de conhecimento e boas práticas.
- Lançamento oficial da Rede Lusófona para o clima.

45

- **O que ficou por alcançar**

- Alinhamento das políticas públicas com uma trajetória compatível com 1,5°C (ainda haverá consulta pública do RNC em 2026).
- Adoção de medidas mais ambiciosas e com implementação efetiva, sobretudo nos setores dos transportes e edifícios.
- Maior integração das recomendações produzidas nos processos de decisão.
- Progressos mais rápidos na redução real de emissões e na mudança estrutural dos sistemas energético e de mobilidade.
- Realização de reunião com a Agência para o Clima, embora tenha sido solicitada.
- Realização de um evento paralelo na Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (UNOC3).
- Desenvolvimento de um documento de posição sobre Estratégia Industrial Verde (com execução prevista para 2026).



- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Número de contributos formais submetidos a consultas públicas	12	12	↑
Número de reuniões e interações institucionais	N/A	550	→
Cobertura mediática e alcance público (# referências)	N/A	1.500	→
Evolução do desvio entre políticas adotadas e a trajetória 1,5°C	-55% 2028	-55% 2030	→

- **Histórias que se destacaram**

- Portugal torna-se no primeiro país a consagrar em lei a proteção dos fundos marinhos de atividades de extração mineira com a aprovação da moratória até 2050 sobre a mineração em mar profundo em águas portuguesas.
- Portugal, através da Direção-Geral dos Recursos Naturais, Serviços e Vigilância Marítima (DGRM) e com o apoio da ZERO, liderou eficazmente o processo que culminou na aprovação da maior ECA do mundo, que vai permitir controlar as emissões de SO<sub>x</sub>, NO<sub>x</sub> e PM oriundas dos navios que navegam de Portugal à Gronelândia.
- Portugal comprometeu-se com a meta de neutralidade climática em 2045 na versão final do PNEC submetida à CE
- O desenvolvimento da energia eólica offshore em Portugal encontrava-se sob forte pressão política para acelerar a implementação de projetos e leilões, num contexto de crescente urgência da transição energética, tendo-se verificado um abrandamento do ritmo de desenvolvimento de projetos offshore, associado a maior resistência social e a desafios ao longo da cadeia de valor e da infraestrutura de suporte em terra.

46

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar**

- Reforçar a intervenção em fases mais precoces dos processos legislativos e de planeamento.
- Priorizar um número mais focado de temas com maior potencial de impacto.
- Necessidade de reforçar o trabalho na dimensão terrestre da cadeia de valor da energia eólica, onde se concentram atualmente vários dos principais constrangimentos à implementação de projetos offshore. No próximo ano será importante reforçar a articulação com entidades governamentais, autoridades locais e comunidades, promovendo um trabalho mais próximo do território e das infraestruturas de suporte à transição energética.



- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas**

- Resposta a consultas públicas e processos legislativos que surgiram de forma não antecipada.
- Tomadas de posição públicas e reações rápidas a decisões ou anúncios imprevistos com impacto climático relevante.
- Participação em eventos, debates e pedidos de contributo por parte de entidades externas não inicialmente planeados.
- Colaboração pontual ad-hoc com outras organizações e plataformas em campanhas ou iniciativas conjuntas.
- Ação de incidência política relativa à aplicação da taxa reduzida de IVA à aquisição, entrega, instalação, manutenção e reparação dos equipamentos constantes da Lista I do Código do IVA (ponto 2.37), isto é, equipamentos destinados à captação e aproveitamento de energia solar, eólica, geotérmica e outras formas alternativas de energia. Foi lançada a Rede Lusófona para o Clima (RLC), no Pavilhão de Portugal da COP30 Rede Lusófona, co-liderada pela ZERO e OIKOS - uma aliança dedicada ao reforço da cooperação climática entre membros da sociedade civil dos países e comunidades de língua portuguesa para ampliar experiências, partilhar saberes e desenvolver soluções sustentáveis, enraizadas em laços culturais e linguísticos comuns.
- Defesa da proibição de anúncios a combustíveis fósseis em Portugal - apresentação de recomendações aos GPs.
- Realização de um evento na Assembleia da República sobre o Manifesto Azul, com intervenção da ZERO focada no desenvolvimento sustentável da energia eólica offshore.

47



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico - OE15: Ter 90% de energia renovável no setor da eletricidade em 2028.**
  
- **Principais projetos/iniciativas/ações**
  - Monitorização da evolução da produção renovável e análise de cenários para atingir 90% de eletricidade renovável até 2028.
  - Incidência política sobre revisão do PNEC e demais instrumentos, defendendo metas e calendários compatíveis com 90%.
  - Advocacia para aceleração do solar sustentável, e.g. solar distribuído (telhados, autoconsumo, comunidades de energia) e reequipamento e sobreequipamento de eólica.
  - Intervenção em processos de licenciamento e ordenamento, promovendo localização ambientalmente adequada e aceitação social, e.g. AAR.
  - Defesa do reforço da rede elétrica, armazenamento e gestão da procura como condições críticas para integrar elevada penetração renovável.
  - Comunicação pública sobre os benefícios económicos, climáticos e de segurança energética de um sistema elétrico maioritariamente renovável e de uma economia eletrificada.
  
- **O que queríamos alcançar**
  
- Contribuir para que Portugal tenha uma trajetória credível para atingir 90% de eletricidade renovável até 2028.
- Influenciar políticas públicas e decisões regulatórias que acelerem a entrada de renováveis sustentáveis e a integração no sistema elétrico.
- Promover condições estruturais essenciais, nomeadamente reforço de rede, armazenamento, gestão da procura e autoconsumo.
- Aumentar a aceitação social e o apoio público à expansão das energias renováveis, assegurando elevados padrões ambientais.
- Reforçar o debate público e técnico sobre os caminhos mais sustentáveis e eficientes para descarbonizar o sistema de eletricidade.
  
- **O que conseguimos alcançar**
  
- Contributos técnicos e posições públicas que reforçaram o debate sobre a aceleração sustentável das energias renováveis em Portugal.
- Intervenção em processos de política e regulamentação relevantes para a expansão das renováveis e a integração no sistema elétrico.
- Maior visibilidade pública para temas críticos como reforço da rede, armazenamento, autoconsumo e comunidades de energia.
- Reforço do diálogo com decisores, entidades do sector e outras organizações da sociedade civil.
- Produção e divulgação de análises que ajudaram a acompanhar o progresso do sector elétrico rumo a uma elevada penetração de renováveis.



- **O que ficou por alcançar**

- A adoção de metas e calendários suficientemente ambiciosos e vinculativos para atingir 90% de eletricidade renovável até 2028.
- Progressos mais rápidos na remoção de entraves ao licenciamento e à ligação à rede de novos projetos de renováveis.
- Avanços significativos na implementação de armazenamento e outras soluções de flexibilidade do sistema elétrico.
- Maior previsibilidade regulatória e remuneratória para acelerar o investimento em renováveis sustentáveis.
- Maior escala e rapidez na expansão do autoconsumo e das comunidades de energia.

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Número de contributos formais submetidos a consultas públicas	10	10	↑
Número de reuniões e interações institucionais	20	20	→
Cobertura mediática e alcance público (# referências)	N/A	200	→
Evolução de indicadores-chave do setor elétrico	90% 2028	68% 2025	↓

49

- **Histórias que se destacaram**

- O episódio de apagão elétrico ocorrido em abril trouxe para o centro do debate público a importância da resiliência do sistema elétrico, do reforço da rede e das soluções de flexibilidade. O tema ganhou visibilidade mediática e ajudou a clarificar que a transição para um sistema com elevada penetração de renováveis exige planeamento e investimento adequados.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar**

- Reforçar o foco nos temas da segurança de abastecimento, flexibilidade e resiliência da rede, que ganharam maior relevância no debate público.
- Comunicar de forma mais clara a relação entre elevada penetração de renováveis e necessidades de rede, armazenamento e gestão da procura.
- Intensificar o acompanhamento de planeamento do sistema elétrico e investimento em infraestruturas, intervindo mais cedo nos processos de decisão.



- Procurar maior articulação com entidades técnicas, academia e outras organizações, para fortalecer a base técnica das propostas e a sua credibilidade pública.
- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**
  - Resposta a consultas públicas e processos legislativos que surgiram de forma não antecipada.
  - Tomadas de posição públicas e reações rápidas a decisões ou anúncios imprevistos com impacto relevante no sistema de eletricidade.
  - Participação em eventos, debates e pedidos de contributo por parte de entidades externas não inicialmente planeados.
  - Colaboração pontual ad-hoc com outras organizações e plataformas em campanhas ou iniciativas conjuntas.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico - OE16: - Ter 49% de energia renovável no consumo de energia final do país em 2028**

- **Principais projetos/iniciativas/ações**

- Monitorização da evolução da quota de renováveis no consumo final de energia (eletricidade, calor e transportes) e identificação de lacunas face à meta de 49%.
- Incidência política na revisão do PNEC e demais instrumentos estratégicos, defendendo medidas adicionais nos transportes e demais sectores relevantes.
- Promoção da eletrificação eficiente (bombas de calor, mobilidade elétrica, indústria verde)
- Advocacia por maior ambição nos transportes: eletrificação, ferrovia e redução da procura.
- Defesa de políticas de eficiência energética como condição para aumentar a quota renovável no consumo final.
- Comunicação pública e produção de análises sobre os benefícios económicos, sociais e climáticos de acelerar a integração de renováveis em todos os setores.
- ZERO integra Iniciativa TeraMED, que quer atingir 1 TW de potência de eletricidade renovável no Mediterrâneo até 2030 - campanha em linha com a meta de triplicação de fontes renováveis.

51

- **O que queríamos alcançar**

- Contribuir para colocar Portugal numa trajetória credível para atingir 49% de energia renovável no consumo final até 2028.
- Influenciar políticas públicas nos sectores-chave (eletricidade, edifícios, indústria, transportes) para acelerar a integração de renováveis.
- Promover a eletrificação eficiente e a substituição de combustíveis fósseis por soluções renováveis sustentáveis.
- Reforçar a articulação entre eficiência energética e renováveis como estratégia central para cumprir a meta.
- Aumentar a ambição e coerência dos instrumentos estratégicos nacionais, assegurando implementação efetiva das medidas.

- **O que conseguimos alcançar**

- Contributos técnicos e posições públicas que reforçaram a necessidade de acelerar a integração de renováveis no consumo final, para além do setor elétrico.
- Intervenção em processos estratégicos e regulamentares relevantes para eletrificação, eficiência energética e descarbonização dos transportes e indústria.
- Maior visibilidade pública para o papel do dos transportes e indústria no cumprimento das metas renováveis.



- Reforço do diálogo com decisores e entidades sectoriais sobre medidas estruturais para aumentar a quota renovável.
- Produção de análises que ajudaram a identificar lacunas e oportunidades para aproximar o país da meta de 49%.

- **O que ficou por alcançar**

- A adoção de medidas adicionais e suficientemente robustas para colocar o país numa trajetória clara rumo aos 49% em 2028.
- Progressos mais rápidos na descarbonização dos transportes.
- Maior integração entre políticas de eficiência energética e promoção de renováveis no consumo final.
- Implementação efetiva e célere das medidas previstas nos instrumentos estratégicos nacionais.

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Número de contributos formais submetidos a consultas públicas	10	10	↑
Número de reuniões e interações institucionais	20	20	→
Cobertura mediática e alcance público (# referências)	N/A	200	→
Evolução de indicadores-chave na incorporação de renováveis	49% 2028	35% 2025	↓

52

- **Histórias que se destacaram**

- O processo de transposição da RED III (Diretiva de Energias Renováveis) colocou em evidência oportunidades e desafios regulatórios, mobilizando atenção sobre prazos, metas (desfasada da do PNEC) e incentivos e barreiras à implementação de soluções renováveis.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar**

- Reforçar a monitorização e análise das lacunas entre a trajetória atual e a meta de 49% de renováveis.
- Antecipar e acompanhar de forma mais proativa a transposição e implementação da RED III, identificando obstáculos regulatórios e oportunidades de melhoria.
- Melhorar a comunicação sobre a relação entre metas de renováveis, eficiência energética e descarbonização do consumo final, para aumentar pressão política e sensibilização pública.



- Intensificar a articulação com outras organizações e intervenientes do setor para propor soluções concretas e de alto impacto nos setores críticos.
- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas**
  - Intervenções rápidas em consultas públicas ou propostas regulatórias que surgiram fora do planeamento anual.
  - Posicionamentos públicos e participação em debates sobre a diferença entre a meta de 49% e a trajetória atual, aproveitando janelas de visibilidade mediática.
  - Colaboração pontual com outras ONGs ou plataformas sectoriais para reforçar pressão política e advocacia em temas emergentes.
  - Produção de análises ou recomendações inesperadas para apoiar decisores ou a comunicação social em decisões críticas sobre renováveis no consumo final.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

**Objetivo Estratégico - OE17: - Alcançar uma redução de pelo menos 35% no consumo de energia primária até 2028, em relação ao ano de 2005**

- **Principais projetos/iniciativas/ações**

- Monitorização do consumo de energia primária e análise das lacunas face à meta de -35% até 2028.
- Incidência em políticas e regulamentação de eficiência energética em sectores chave: edifícios, indústria, transportes e serviços.
- Promoção de medidas de eletrificação eficiente (bombas de calor, mobilidade elétrica), de substituição de combustíveis fósseis por renováveis e transferência modal.
- Advocacia por programas de renovação energética de edifícios, eficiência na indústria e transporte coletivo sustentável.
- Comunicação pública sobre a importância da suficiência energética como condição essencial para cumprir metas climáticas.
- Colaboração com parceiros, atores do sector e redes europeias para troca de boas práticas e aceleração da implementação de soluções de eficiência energética.

54

- **O que queríamos alcançar**

- Colocar Portugal numa trajetória credível para atingir uma redução de pelo menos 35% no consumo de energia primária até 2028.
- Influenciar políticas públicas e regulamentação em eficiência energética e eletrificação de sectores-chave (edifícios, indústria, transportes).
- Promover a implementação de medidas estruturais de renovação de edifícios, eficiência na indústria e transporte sustentável.
- Reforçar a articulação entre redução da procura, eletrificação e energias renováveis como estratégia integrada para descarbonização.
- Aumentar a visibilidade pública e sensibilização sobre a necessidade de redução do consumo de energia como condição essencial para cumprir metas climáticas.
- Promover o combate à pobreza energética e assegurar que as medidas climáticas beneficiam de forma justa todos os grupos da população, evitando desigualdades.

- **O que conseguimos alcançar**

- Contributos técnicos e posições públicas que reforçaram a necessidade de acelerar a eficiência energética e a redução da procura em setores-chave.
- Intervenção em processos estratégicos e regulamentares que apoiaram medidas de eficiência energética (edifícios e indústria) e transporte sustentável.
- Maior visibilidade pública e mediática para a importância da redução do consumo de energia primária no cumprimento das metas climáticas.



- Reforço do diálogo com decisores políticos, entidades do sector e outras organizações da sociedade civil sobre soluções de eficiência energética.
- Produção de análises e recomendações que ajudaram a identificar lacunas e oportunidades para aproximar o país da meta de -35%.

- **O que ficou por alcançar**

- A adoção de medidas mais ambiciosas e vinculativas para garantir a redução de 35% no consumo de energia primária até 2028.
- Progressos mais rápidos na implementação de renovação energética de edifícios (Plano Social para o Clima), eficiência na indústria (Estratégia Industrial Verde) e transportes sustentáveis.
- Maior integração entre políticas de eficiência energética, eletrificação e uso de renováveis.
- Resultados concretos e mensuráveis na redução real do consumo de energia primária, especialmente nos sectores mais críticos.
- Melhoria da coordenação entre entidades públicas e privadas para acelerar a execução das medidas previstas.

- **Principais indicadores**

55

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Número de contributos formais submetidos a consultas públicas	10	10	↑
Número de reuniões e interações institucionais	20	20	→
Cobertura mediática e alcance público (# referências)	N/A	200	→

- **Histórias que se destacaram**

- O atraso na apresentação do Plano Social para o Clima trouxe visibilidade para a necessidade de integrar medidas sociais e de justiça climática nas políticas de transição energética, evidenciando riscos de desigualdade na implementação das metas de eficiência e descarbonização.
- A necessidade de reforçar a participação da sociedade civil e garantir maior transparência nos processos de elaboração e divulgação das versões preliminares do Plano Nacional de Renovação de Edifícios e do Plano Social para o Clima, face à limitada informação pública e ao reduzido envolvimento das partes interessadas.



- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

- Reforçar a articulação entre eficiência energética, eletrificação e justiça social, garantindo que as medidas não gerem desigualdades.
- Ajustar a estratégia de advocacia para pressionar por prazos mais claros e compromissos vinculativos na implementação de políticas sociais e climáticas (e.g. Plano Social para o Clima)
- Melhorar a comunicação pública sobre a interdependência entre redução do consumo de energia e impactos sociais, aumentando a sensibilização e o apoio.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas**

- Tomada de posição pública e contactos institucionais adicionais na sequência do atraso do Plano Social para o Clima.
- Participação em debates, eventos ou reuniões extraordinárias centradas na dimensão relacionada com o consumo da transição energética.
- Articulação reforçada com organizações sociais e outras ONGs para integrar a perspetiva de justiça climática na discussão sobre eficiência energética e redução do consumo.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico - OE18: - Ter 23% de energia renovável no consumo final de energia no setor dos transportes até 2028.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações**
  - Monitorização da evolução da quota de energias renováveis nos transportes e análise das lacunas face à meta de 23% até 2028.
  - Incidência sobre políticas e regulamentação relativas à eletrificação da mobilidade.
  - Promoção do transporte coletivo, ferrovia e mobilidade ativa como formas estruturais de reduzir o consumo de combustíveis fósseis no setor.
  - Intervenção em processos legislativos e regulamentares relacionados com infraestruturas de carregamento, fiscalidade e incentivos à mobilidade de zero emissões.
  - Comunicação pública e produção de análises sobre os caminhos mais eficazes e sustentáveis para descarbonizar os transportes e aumentar a incorporação de renováveis.
  - Colaboração com redes europeias e organizações parceiras.
- **O que queríamos alcançar**
  - Contribuir para colocar Portugal numa trajetória credível para atingir 23% de energias renováveis no consumo final de energia nos transportes até 2028.
  - Influenciar políticas públicas que acelerem a eletrificação da mobilidade, o uso de combustíveis renováveis sustentáveis e a redução da dependência de combustíveis fósseis.
  - Promover medidas estruturais como reforço do transporte coletivo, ferrovia e mobilidade ativa, reduzindo o consumo energético do sector.
  - Reforçar a coerência entre políticas de transportes, energia e clima, assegurando implementação efetiva das medidas previstas.
  - Aumentar a visibilidade pública e o debate técnico sobre os caminhos mais sustentáveis para descarbonizar os transportes.
  - Influenciar a tomada de decisão ao nível nacional e regional para colocar o setor do transporte marítimo numa rota de descarbonização, alertando contra falsas soluções como o gás fóssil liquefeito (GNL) e os biocombustíveis insustentáveis.
- **O que conseguimos alcançar**
  - Contributos técnicos e posições públicas que reforçaram a necessidade de acelerar a incorporação de renováveis no sector dos transportes.
  - Intervenção em processos legislativos e regulamentares relevantes (e.g. RJME) para a eletrificação da mobilidade e promoção de combustíveis renováveis sustentáveis.
  - Maior visibilidade mediática e política para o papel do transporte coletivo, da ferrovia e da mobilidade ativa na redução do consumo de combustíveis fósseis.
  - Reforço do diálogo com decisores e entidades sectoriais sobre medidas estruturais para cumprir a meta de 23%.



- **O que ficou por alcançar**

- A adoção de medidas suficientemente ambiciosas e com implementação rápida para colocar o sector dos transportes numa trajetória clara rumo aos 23% de renováveis até 2028.
- Progressos mais rápidos na eletrificação das frotas e no reforço do transporte coletivo e ferroviário.
- Maior estabilidade e previsibilidade regulatória para combustíveis renováveis sustentáveis e infraestruturas associadas.
- Reduções mais significativas do consumo de combustíveis fósseis no sector, especialmente no transporte rodoviário.

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Número de contributos formais submetidos a consultas públicas	10	10	↑
Número de reuniões e interações institucionais	20	20	→
Cobertura mediática e alcance público (# referências)	N/A	300	→
Evolução de indicadores-chave na incorporação de renováveis no sector	23% 2028	14% 2024	→

58

- **Histórias que se destacaram**

- O debate em torno da revisão do regime jurídico da mobilidade elétrica ganhou relevância, trazendo para a agenda questões como a simplificação do acesso aos pontos de carregamento, a concorrência no sector e a integração com o sistema elétrico. A discussão pública sobre estas alterações ajudou a evidenciar o papel crítico da infraestrutura de carregamento para cumprir a meta de renováveis nos transportes e acompanhar o calendário europeu de eletrificação.
- O debate europeu sobre o enfraquecimento da meta de 2035 de cessar a venda de novos automóveis com motor de combustão. A discussão evidenciou como mudanças ao nível europeu podem influenciar o ritmo de investimento, a confiança dos consumidores e o planeamento das políticas de mobilidade sustentável.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar**

- Acompanhar de forma mais próxima os desenvolvimentos europeus que influenciam o sector dos transportes, antecipando impactos nas políticas nacionais.
- Reforçar a comunicação sobre a importância de metas estáveis e previsíveis para dar confiança ao investimento e à adoção de veículos de zero emissões.



- Intensificar o acompanhamento de políticas nacionais estruturais, como o regime jurídico da mobilidade elétrica e o planeamento de infraestruturas de carregamento.
  - Articular melhor a incidência política com análise técnica e comunicação pública, para responder mais rapidamente a mudanças no enquadramento regulatório.
  - Apostar mais numa política de proximidade e coligação com as diferentes partes interessadas do setor do transporte marítimo para garantir maior sucesso na receção às recomendações da ZERO.
- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas**
    - Posicionamentos públicos e contactos institucionais adicionais em resposta ao enfraquecimento da meta europeia para 2035.
    - Análises e notas técnicas sobre impactos do regime jurídico da mobilidade elétrica e possíveis barreiras à eletrificação.
    - Participação em debates e eventos extraordinários para reforçar a urgência de infraestruturas de carregamento e políticas de incentivo à mobilidade elétrica.
    - Colaboração pontual não planeada com outras ONGs e redes europeias para pressionar por metas consistentes e políticas coerentes no setor dos transportes.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico - OE19: Alcançar 35% de redução de emissões no setor dos transportes até 2028, em relação ao ano de 2005.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações**
  - Monitorização das emissões do sector dos transportes e análise de lacunas face à meta de -35% até 2028.
  - Advocacia para acelerar a eletrificação da mobilidade, incluindo veículos ligeiros, frotas públicas e privadas e transporte coletivo.
  - Promoção de transportes públicos, ferrovia, mobilidade ativa e logística sustentável como alternativas à mobilidade individual dependente de combustíveis fósseis.
  - Intervenção em políticas, regulamentação e incentivos relacionados com combustíveis renováveis, eficiência energética e fiscalidade verde nos transportes.
  - Comunicação pública sobre caminhos eficazes para descarbonizar o sector e reduzir emissões, incluindo campanhas de sensibilização e divulgação de análises técnicas.
  - Colaboração com redes europeias e atores-chave para troca de boas práticas e alinhamento com metas europeias de redução de emissões nos transportes.
- **O que queríamos alcançar**
  - Contribuir para que Portugal seguisse uma trajetória credível de redução de 35% das emissões no sector dos transportes até 2028, em relação a 2005.
  - Influenciar políticas públicas que acelerassem a eletrificação da mobilidade, a transição para combustíveis renováveis e a descarbonização do transporte coletivo e ferroviário.
  - Promover soluções estruturais como transportes públicos, mobilidade ativa e logística sustentável para reduzir a dependência de combustíveis fósseis.
  - Reforçar a coerência entre políticas de transportes, energia e clima, assegurando implementação efetiva das medidas previstas.
  - Aumentar a visibilidade pública e o debate técnico sobre estratégias eficazes para reduzir emissões no sector dos transportes.
- **O que conseguimos alcançar**
  - Contributos técnicos e posições públicas que reforçaram a necessidade de acelerar a redução de emissões no sector dos transportes.
  - Intervenção em processos legislativos e regulamentares relevantes para a eletrificação da mobilidade, combustíveis renováveis e transporte coletivo.
  - Maior visibilidade mediática e política sobre a importância de transportes públicos, ferrovia e mobilidade ativa na descarbonização do sector.
  - Reforço do diálogo com decisores, entidades do sector e outras organizações da sociedade civil sobre medidas estruturais para cumprir a meta de -35%.



- Produção de análises e recomendações que ajudaram a identificar lacunas e oportunidades para aproximar o país do objetivo.

- **O que ficou por alcançar**

- A adoção de medidas suficientemente ambiciosas e com execução rápida para garantir a redução de 35% das emissões no sector dos transportes até 2028.
- Avanços mais rápidos na eletrificação das frotas, transporte coletivo e ferrovia.
- Maior estabilidade e previsibilidade regulatória e remuneratória para projetos de combustíveis renováveis (SAFs).
- Reduções concretas do consumo de combustíveis fósseis no sector, especialmente no transporte rodoviário.
- Melhoria da coordenação entre entidades públicas e privadas para acelerar a implementação das medidas previstas.

- **Principais indicadores (3–5):** indicador | meta | realizado | tendência (↑→↓)

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Número de contributos formais submetidos a consultas públicas	10	10	↑
Número de reuniões e interações institucionais	20	20	→
Cobertura mediática e alcance público (# referências)	N/A	300	→
Evolução de indicadores-chave na redução de emissões no sector	-35% 2028	-8% 2025	↓

- **Histórias que se destacaram (3 linhas cada) (antes/depois | algo de surpreendente que aconteceu | conquista importante):**

- O debate em torno da revisão do regime jurídico da mobilidade elétrica ganhou relevância, trazendo para a agenda questões como a simplificação do acesso aos pontos de carregamento, a concorrência no sector e a integração com o sistema elétrico. A discussão pública sobre estas alterações ajudou a evidenciar o papel crítico da infraestrutura de carregamento para cumprir a meta de renováveis nos transportes e acompanhar o calendário europeu de eletrificação.
- O debate europeu sobre o afrouxamento da meta para 2035 de cessar a venda de novos automóveis com motor de combustão. A discussão evidenciou como mudanças ao nível europeu podem influenciar o ritmo de investimento, a confiança dos consumidores e o planeamento das políticas de mobilidade sustentável.



- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**
  - Acompanhar de forma mais próxima os desenvolvimentos europeus e nacionais que influenciam a redução de emissões nos transportes, antecipando impactos regulatórios e políticos.
  - Reforçar a comunicação sobre a importância de metas claras e estáveis, incluindo eletrificação, transporte coletivo e mobilidade ativa, para garantir confiança no investimento e na adoção de soluções de baixo carbono.
  - Intensificar o acompanhamento do regime jurídico da mobilidade elétrica, infra-estruturas de carregamento e políticas de incentivo à mobilidade de baixas emissões.
  
- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:** (Registrar ações ou projetos desenvolvidos ao longo do ano que não estavam no plano inicial, mas que se enquadram no OE7 (preservação do conhecimento) e foram efetivamente implementados.)
  - Tomadas de posição e contactos institucionais adicionais em resposta a discussões sobre o afrouxamento da meta europeia para 2035 e suas implicações para Portugal.
  - Produção de análises e notas técnicas sobre o regime jurídico da mobilidade elétrica e barreiras à implementação de infra-estruturas de carregamento.
  - Participação em eventos e debates extraordinários sobre eletrificação e mobilidade sustentável.
  - Colaboração imprevista com outras ONGs e redes europeias para reforçar pressão por metas consistentes e políticas coerentes no sector dos transportes.
  - Reação rápida a anúncios e propostas legislativas não previstas que pudessem impactar a trajetória de redução de emissões no sector.



## Sumário Executivo – Solo e Gestão do Território

### Resumo do trabalho realizado:

Durante o ano de 2025, a ZERO afirmou-se como interlocutor técnico e político na defesa de um ordenamento do território sustentável e de um regime de avaliação de impacte ambiental mais eficaz e transparente.

No domínio do Ordenamento do Território (OE20), a atuação centrou-se na participação estratégica em consultas públicas de projetos com elevado impacto ambiental e no acompanhamento das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER). Destaca-se a participação em 26 consultas públicas de projetos com alto impacto ambiental — 20 na área da energia (parques eólicos, centrais solares e hibridizações), 3 na área mineira, 2 na área agroflorestal e 1 na área da mobilidade. Neste âmbito, foram particularmente relevantes os pareceres negativos da autoridade de AIA para a central solar Sophia, a mina da Lagoa Salgada e o Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo. Em paralelo, a ZERO lançou, em parceria com a The Nature Conservancy, o Guia Smart Siting para Portugal, uma ferramenta técnica que identifica áreas com menor risco de conflito para a instalação de energias renováveis, contribuindo para o debate sobre as ZAER.

63

Na vertente da Avaliação de Impacte Ambiental (OE21), o trabalho focou-se na monitorização do processo de AIA e na identificação de lacunas e disfunções do Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA). Realizou-se uma reunião interna de sistematização do conhecimento acumulado pela equipa e estabeleceu-se contacto com a Associação Portuguesa de Avaliação de Impacte (APAI), através de participação no seu encontro anual.

### Desafios encontrados:

A execução do plano de atividades enfrentou constrangimentos em ambos os objetivos estratégicos. No âmbito do OE20, verificou-se a necessidade de comunicar de forma mais atempada as consultas públicas à medida que surgem nos portais oficiais, de modo a garantir uma participação mais célere e estruturada. Persistem ainda lacunas no acompanhamento da implementação da Lei de Monitorização dos Solos e da renovação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), cujo processo de consulta pública ainda não foi lançado.

No que respeita ao OE21, o principal desafio prendeu-se com a dificuldade em alocar tempo e recursos suficientes a esta temática, que tende a perder prioridade face às consultas públicas com prazos definidos. Esta limitação impediu a elaboração do policy paper sobre o RJAIA e o acompanhamento aprofundado de processos de pós-avaliação de projetos específicos, objetivos que ficaram por concretizar.

### Principais vitórias:

- Lançamento do Guia Smart Siting para Portugal, em parceria com a The Nature Conservancy, posicionando a ZERO como referência técnica no debate sobre o ordenamento territorial das energias renováveis e as ZAER.



- Participação em 26 consultas públicas de projetos com alto impacto ambiental, contribuindo para pareceres negativos da autoridade de AIA em casos de elevada relevância, como a central solar Sophia, a mina da Lagoa Salgada e o Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo.
- Realização de 2 reuniões com a equipa da AAE das ZAER (meta de 1), superando o objetivo definido e reforçando a influência da ZERO nos momentos estratégicos do processo.
- Publicação de um comunicado sobre o PANCD e do Relatório Final sobre Smart Siting, concluindo as metas de comunicação definidas para o OE20.
- Participação no encontro anual da APAI, estabelecendo contacto com os principais atores do processo de avaliação de impacte ambiental em Portugal e alinhando posições para desenvolvimentos futuros no âmbito do OE21.
- Participação da ZERO na manifestação pelo chumbo da central solar Sophia na Assembleia da República, evidenciando a capacidade de mobilização e presença pública da organização em momentos decisivos.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE20: Promover um adequado ordenamento do território e gestão equilibrada do uso e ocupação do solo.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Participação estratégica nas consultas públicas de iniciativas suscetíveis de causar impactes ambientais significativos com relevância territorial
  - Acompanhar a AAE das ZAER (zonas de aceleração de energias renováveis)
  - Acompanhar a Diretiva relativa à Monitorização e Resiliência dos Solos
  - Acompanhar a implementação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)
- **O que queríamos alcançar:**
  - Manter uma participação ativa nas consultas públicas estratégicas, principalmente na temática de centrais energéticas e linhas elétricas
  - As ZAER levarem à criação de um plano setorial de energias renováveis que implementasse um verdadeiro ordenamento do território (com áreas de aceleração e também áreas interditas à instalação)
  - Garantir a atualização e renovação do PANCD
  - Reforçar o papel da ZERO no debate público sobre ordenamento do território das energias renováveis
  - Acompanhar a aprovação e implementação da Lei de Monitorização dos Solos
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Acompanhar e influenciar nos principais desenvolvimentos legais e políticos relacionados com a AAE das ZAER, apresentado o trabalho realizado em conjunto com a The Nature Conservancy
  - Reunir com governo e autoridades, marcando presença em momentos estratégicos
  - Sinalizar e responder a processos que ameaçavam elevados impactes ambientais, sendo que participámos em 26 consultas públicas de projetos com alto impacto ambiental, das quais 20 foram da área de Energia (3 parques eólicos novos, 4 equipamentos eólicos, 2 hibridizações solares de parques eólicos, 10 novas centrais solares e 1 parque eletroprodutor eólico+solar), 3 da área mineira, 2 da área agroflorestal e 1 da área da mobilidade (troço da ferrovia de alta velocidade). Destes destacam-se a **central solar Sophia**, da **mina da Lagoa Salgada** e do **Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e Monte Novo** (em Alcácer do Sal) – todos resultaram num parecer negativo da autoridade de AIA (com possível reformulação em alguns casos).
  - Produzir e disseminar conteúdos de comunicação que aumentaram a visibilidade do tema e incentivaram a participação da sociedade nos processos
  - Consolidar a ZERO como uma organização ativa e credível nas participações das consultas públicas de AIA



- **O que ficou por alcançar:**

- Um acompanhamento mais próximo da implementação da Lei de Monitorização dos Solos
- Pertencer ao grupo de acompanhamento do PANCD e participar na consulta pública (que ainda não se realizou)
- Realizar reuniões com peritos portugueses na área do Solo

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Comunicado sobre PANCD	1	1	↑
Relatório Final sobre Smart Siting	1	1	→
Reunião com Equipa da AAE das ZAER	1	2	↑

- **Histórias que se destacaram:**

**Estudo Smart Siting Portugal -**

<https://zero.org/noticias/zero-e-the-nature-conservancy-lancam-guia-smart-siting-para-acelerar-as-renovaveis-reduzindo-conflitos/>

A ZERO conseguiu, em parceria com a The Nature Conservancy, lançar o Guia Smart Siting para Portugal, uma ferramenta técnica que identifica áreas com menor risco de conflito para a instalação de energias renováveis. O estudo apoiou o debate sobre as Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (ZAER), contribuindo para uma transição energética mais eficiente, participada e alinhada com a conservação da natureza.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

Durante este ano, verificámos a importância de comunicar com antecedência as consultas públicas conforme surgem nos sites [participa.pt](http://participa.pt) e equivalentes. Para tal, pretendemos que sejam feitos templates de comunicação que permitam uma mais célere participação pública.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- Participação da ZERO na manifestação pelo chumbo da central solar Sophia na Assembleia da República



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE21: Influenciar para a introdução de melhorias no regime jurídico da avaliação de impacto ambiental**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Monitorizar e avaliar o processo de AIA em sede de avaliação e pós-avaliação
  - Identificar lacunas e disfunções do Regime Jurídico de AIA
- **O que queríamos alcançar:**
  - Consolidar e agregar conhecimento interno sobre o tema do RJAIA no sentido de desenvolver um policy paper e posicionamento oficial, com propostas concretas de melhoria deste regime.
  - Acompanhar o processo de pós-avaliação de projetos representativos de várias áreas, no sentido de identificar lacunas e trazer transparência à opacidade destes processos públicos.
  - Criar parcerias e estreitar relações com as partes interessadas no processo de RJAIA
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Realizar uma reunião embrionária interna com os colaboradores com experiência e histórico com o RJAIA
- **O que ficou por alcançar:**
  - Criar um policy paper com a nossa posição sobre o RJAIA, incluindo propostas de melhorias
  - Acompanhar o processo de pós-avaliação para projetos específicos
- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Reunião com APAI	1	1	↑
Reunião interna	1	1	→
Policy Paper	1	0	↑

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

Durante este ano, verificámos a importância de alocar mais tempo e recursos para esta temática, uma vez que naturalmente perde prioridade quando comparada com respostas a consultas públicas que têm prazos bem definidos e são janelas de oportunidade únicas.



- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**
  - Participar no encontro anual da APAI (associação portuguesa de avaliação de impacte)



## Sumário Executivo – Água e Oceano

### Resumo do trabalho realizado:

Durante o ano de 2025, a ZERO consolidou-se como um interlocutor técnico e político na defesa do bom estado dos ecossistemas aquáticos.

No domínio da **Água (OE22, OE23)**, o foco incidiu em trabalho de advocacy focado no cumprimento dos objetivos ambientais da Diretiva Quadro da Água de alcançar o bom estado das massas de água e na promoção da eficiência hídrica. Destaca-se a participação ativa na Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030) e o contributo em consultas públicas estruturantes, como sejam a Estratégia “Água que Une” e o RECAPE do projeto da Tomada de Água do Pomarão, procurando defender a gestão da procura e na eficiência no uso da água como alternativas a soluções que privilegiam novas infraestruturas de armazenamento de água.

Na vertente do **Oceano (OE24, OE25, OE26)**, a estratégia combinou incidência política de alto nível com mobilização social. As ações centraram-se na defesa e promoção da proteção estrita, na oposição a atividades incompatíveis com a conservação - entre as quais a mineração em mar profundo - e na pressão para a ratificação, por parte de Portugal, do Tratado do Alto Mar. Em paralelo, investiu-se no reforço da Literacia do Oceano, através da prossecução do projeto Erasmus+ SEA TALEs, e no estreitamento do diálogo com comunidades locais potencialmente afetadas pelos futuros modelos de uso do espaço marinho, visando fundamentar posições sobre a gestão sustentável dos recursos e os princípios de uma transição justa.

69

### Desafios encontrados:

A execução do plano enfrentou algumas limitações, com particular relevo para a dificuldade na obtenção de financiamento externo dedicado à área da água, fator que condicionou a continuidade de iniciativas estruturantes. No plano institucional, manteve-se uma resistência significativa à revisão e aplicação de instrumentos económico-financeiros fundamentais - nomeadamente os princípios do poluidor-pagador do atual regime económico-financeiro associado à água de forma a colocar efetivamente em prática o princípio do utilizador-pagador, isto associado a uma narrativa associada à gestão dos recursos hídricos que aponta o aumento da oferta como solução para os problemas associados à seca e à escassez hídrica. Simultaneamente, na componente do oceano, identificou-se uma falta de confiança generalizada por parte das comunidades locais relativamente às políticas de conservação, o que exigiu um esforço acrescido de presença no terreno e de mediação. Este distanciamento foi particularmente visível nas Regiões Autónomas, evidenciando a necessidade de reforçar a articulação entre decisões tomadas a nível nacional e as realidades específicas dos arquipélagos, de forma a assegurar uma transição justa e informada.

Ainda neste domínio, várias ações ficaram limitadas em escala e profundidade devido à ausência de financiamento dedicado, respondendo sobretudo a janelas de oportunidade e/ou a eventos pontuais e centrando-se maioritariamente no desenvolvimento de projetos, como o Sea Tales.



## Principais vitórias:

- Garantiu-se um assento na **Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030)** como única ONG nacional presente na Estrutura Nacional de Acompanhamento, assumindo a função de ponto focal para a valorização orgânica.
- Mobilizou-se a sociedade civil através da **campanha SOS Mar dos Açores**, com o envio de cerca de 1000 e-mails a deputados, resultando na rejeição da proposta legislativa que ameaçava a proteção estrita de áreas marinhas no arquipélago.
- Contribuiu-se para a aprovação, pelo Estado Português, da **moratória à mineração em mar profundo** em território nacional até ao ano de 2050.
- Concluiu-se com sucesso a fase-piloto do **projeto SEA TALES** em contexto escolar e produziram-se mais de 50 conteúdos de comunicação, superando as metas inicialmente previstas.
- Elevou-se a questão dos **caudais ecológicos ao plano europeu**, mediante a apresentação de uma queixa formal à Comissão Europeia, e assegurou-se a presença na **Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (UNOC3)**, em Nice, na qual se garantiram diversas interações com os media, bem como a realização de eventos.
- A ZERO afirmou-se como voz crítica na definição das futuras políticas da água e na promoção do escrutínio público da futura **Estratégia “Água que Une”**, através da realização de uma ação simbólica junto do Ministério do Ambiente e Energia, alertando para a necessidade de uma gestão integrada, participada e sustentável da água e de reforçar a defesa de uma política hídrica centrada na gestão da procura, na eficiência, na equidade intergeracional e na rejeição de soluções de “fim de linha”.
- Viabilizou-se a **ratificação do Tratado do Alto Mar** por parte do Estado Português, após um período de intensa pressão pública e diplomática em defesa da proteção de águas internacionais.

70



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE22: Pugnar para que seja alcançado o bom estado das massas de água superficiais e subterrâneas.**
  
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Reuniões com decisores políticos e entidades da Administração Pública para apresentação das posições da ZERO em matéria de recursos hídricos, incluindo monitorização, caudais ecológicos e implementação de estratégias nacionais.
  - Participação nas consultas públicas mais relevantes no domínio dos recursos hídricos, designadamente Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) e Planos de Gestão dos Riscos de Inundação (PGRI), assegurando contributos técnicos fundamentados.
  - Produção de comunicados e tomadas de posição públicas sobre monitorização dos recursos hídricos, implementação de caudais ecológicos e incumprimentos identificados.
  - Apresentação de queixa junto da Comissão Europeia relativa à não implementação de caudais ecológicos em aproveitamentos hidráulicos.
  - Envio de ofícios e pedidos de esclarecimento às entidades competentes no âmbito de políticas acompanhadas e de situações reportadas à ZERO relacionadas com recursos hídricos.
  - Acompanhamento da implementação da Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 (ENEAPAI) e participação ativa na respetiva Estrutura Nacional de Acompanhamento.
  - Acompanhamento da transposição da Diretiva das Águas Residuais Urbanas, avaliando o seu impacto na qualidade das massas de água.
  
- **O que queríamos alcançar:**
  - Intervir no acompanhamento, implementação e melhoria da ENEAPAI, articulando-a com o Plano de Ação para o Biometano, garantindo coerência entre políticas setoriais com impacto nos recursos hídricos.
  - Acompanhar a transposição da Diretiva das Águas Residuais Urbanas, defendendo um enquadramento que assegure proteção efetiva das massas de água superficiais e subterrâneas.
  - Advogar pelo reforço da monitorização, transparência e disponibilização pública de dados sobre recursos hídricos.
  - Identificar lacunas na implementação de caudais ecológicos e influenciar decisões públicas que assegurem o cumprimento da legislação europeia.
  - Reforçar o papel da ZERO como interlocutor técnico qualificado na área da água junto das instituições nacionais e europeias.



- **O que conseguimos alcançar:**

- Apresentação de queixa junto da Comissão Europeia relativamente à não implementação de caudais ecológicos em aproveitamentos hidráulicos, elevando o tema para o plano europeu.
- Aprovação, pelo Governo, através de Resolução do Conselho de Ministros, do projeto “Redes de Monitorização 2031”, essencial para a modernização das redes de monitorização e do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos — uma prioridade há muito defendida pela ZERO.
- Início dos trabalhos da Estrutura Nacional de Acompanhamento da ENEAPAI, após insistência da ZERO, sendo esta a única ONG nacional integrante da estrutura.
- Participação ativa nos diferentes grupos de trabalho da ENEAPAI, tendo a ZERO sido designada ponto focal do grupo dedicado à valorização orgânica, com apresentação de diversos contributos técnicos.

- **O que ficou por alcançar:**

- Aprovação de financiamento externo para o trabalho da ZERO na área da água — foram submetidas duas candidaturas que não obtiveram aprovação.

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Reuniões	5	3	↓
Candidaturas submetidas	0	2	→
comunicados	5	3	→
Conteúdos de comunicação	2	2	→

72

- **Histórias que se destacaram:**

**Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais 2030 Antes (ENEAPAI):**

A ZERO acompanhava a implementação da ENEAPAI e foi integrada, em 2024, na Estrutura Nacional de Acompanhamento criada por despacho conjunto das áreas do Ambiente e da Agricultura. Contudo, apesar da designação formal, a estrutura não tinha iniciado funções.

**Depois:**

Após insistência da ZERO, foram finalmente iniciados os trabalhos da Estrutura Nacional de Acompanhamento. A ZERO é a única ONG nacional presente, integra os diferentes grupos de trabalho e foi designada ponto focal do grupo dedicado à valorização orgânica, passando a influenciar diretamente o acompanhamento e implementação da estratégia.



**Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

- Reforçar a procura ativa de financiamento através da apresentação de propostas e estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas, garantindo sustentabilidade financeira do trabalho na área da água.
- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**
  - Nenhuma além do previsto.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE23: Promover a eficiência hídrica nos vários sectores de atividade com vista a uma redução do consumo**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Reuniões com decisores políticos e entidades competentes para apresentação das posições da ZERO em matéria de eficiência hídrica, regime económico-financeiro da água e reutilização.
  - Participação nas consultas públicas mais relevantes no domínio da água, incluindo o RECAPE da Captação de Água do Pomarão, a Estratégia “Água que Une”, os Planos de Gestão dos Riscos de Inundação (PGRI) e os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), assegurando contributos técnicos fundamentados.
  - Produção de comunicados e tomadas de posição públicas sobre a Estratégia “Água que Une” e sobre a transposição da Diretiva das Águas Residuais Urbanas.
  - Envio de ofícios e contributos técnicos no âmbito da definição do regime económico-financeiro dos recursos hídricos, defendendo os princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador.
  - Acompanhamento da situação das bacias hidrográficas em escassez e da implementação dos Planos Regionais de Eficiência Hídrica do Alentejo e Algarve.
  - Reflexão estratégica e definição de posicionamento institucional sobre a utilização de Águas para Reutilização (ApR), incluindo a recarga de aquíferos.
  - Realização de uma ação simbólica junto do Ministério do Ambiente e Energia para alertar para as fragilidades da Estratégia “Água que Une” e da narrativa vigente associada à gestão de recursos hídricos em Portugal.
- **O que queríamos alcançar:**
  - Acompanhar a implementação das medidas previstas nos Planos Regionais de Eficiência Hídrica do Alentejo e Algarve, avaliando a sua eficácia no contexto de escassez hídrica.
  - Conseguir apoio financeiro que permitisse promover de forma ativa e estruturada o consumo de água da torneira.
  - Definir um posicionamento técnico e político sobre a utilização de ApR, incluindo na recarga de aquíferos, garantindo a proteção quantitativa e qualitativa das massas de água.
  - Advogar pela adoção de um regime económico-financeiro da água que internalize custos ambientais e promova uma utilização mais eficiente e responsável do recurso.
  - Reforçar o papel da ZERO no debate público sobre escassez hídrica, eficiência e sustentabilidade da gestão da água.
  - Reforço da visibilidade pública e política da necessidade de uma gestão integrada e sustentável da água, através de uma ação simbólica de grande impacto mediático sobre a Estratégia “Água que Une”. A iniciativa permitiu consolidar o posicionamento da ZERO como interlocutor crítico sobre a estratégia e sobre soluções de “fim de linha” na gestão da água (novas barragens, transvases, dessalinização e aumento indiscriminado do regadio).



- **O que conseguimos alcançar:**

- Apresentação das posições da ZERO sobre o regime económico-financeiro da água em diversas reuniões com decisores políticos, contribuindo para colocar no debate os princípios do poluidor-pagador e utilizador-pagador.
- Intensificação da atividade institucional e de advocacy, refletida no número elevado de reuniões, comunicados e ofícios produzidos ao longo do ano.
- Consolidação de parcerias estratégicas na área da água, nomeadamente com EPAL e a SIMARSUL.

- **O que ficou por alcançar:**

- Obtenção de apoio financeiro específico para dinamizar de forma estruturada a promoção do consumo de água da torneira ao longo do ano 2025. A formalização da parceria só ocorreu no final de 2025.
- Avanços concretos na operacionalização de instrumentos económicos que reforcem a eficiência hídrica.

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Reuniões	6	8	↑
Parcerias estabelecidas	2	2	→
comunicados	≥ 25	≥ 30	↑
Ofícios	≥ 10	≥ 50	↑

75

- **Histórias que se destacaram:**

**Antes:**

O debate público sobre a gestão da água em Portugal manteve-se excessivamente centrado em novas infraestruturas e no reforço da oferta, privilegiando soluções de engenharia pesada como resposta à escassez. Em contrapartida, verificou-se menor atenção aos instrumentos económicos enquanto ferramentas estruturantes de gestão da procura e de sinalização do verdadeiro valor da água, bem como às soluções de base natural, capazes de reforçar a resiliência dos ecossistemas e contribuir para uma gestão mais sustentável e integrada do recurso.

**Depois:**

Através de reuniões com decisores políticos, comunicados públicos e contributos técnicos fundamentados, a ZERO contribuiu para recentrar o debate na gestão da procura, defendendo a aplicação efetiva dos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador como instrumentos estruturantes de política pública. Paralelamente, reforçou a necessidade de integrar soluções de base natural e medidas de eficiência hídrica como alternativas complementares — e muitas vezes mais custo-eficazes — às respostas exclusivamente infraestruturais.



- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**
  - A evolução do debate público demonstrou que a defesa da eficiência hídrica exige maior ligação entre evidência técnica e instrumentos económicos concretos, tornando necessário aprofundar propostas operacionais e comparáveis.
  - Verificou-se a importância de garantir financiamento dedicado para assegurar capacidade de intervenção continuada, nomeadamente na promoção do consumo de água da torneira e no acompanhamento técnico de políticas públicas.
  
- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**
  - Realização de ação pública de sensibilização e incidência política sobre a Estratégia “Água que Une”, não inicialmente prevista no plano anual, mas considerada estratégica face ao contexto político e ao estágio de elaboração da Estratégia.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE24:** OE24 - Garantir, até 2030, a conservação de 30% da área marítima nacional, assegurando que pelo menos 10% esteja sob proteção estrita.
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Analisar e acompanhar o enquadramento legal e político das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) em Portugal
  - Exercer incidência política para a criação e implementação efetiva de uma Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas
  - Defender a manutenção e salvaguarda da proteção estrita da Reserva Natural das Ilhas Selvagens face a pressões políticas
  - Reforçar a comunicação e sensibilização sobre a importância e os desafios das Áreas Marinhas Protegidas
- **O que queríamos alcançar:**
  - Ter uma leitura clara e informada sobre o estado da proteção marinha em Portugal
  - Contribuir para a criação de uma Rede Nacional de AMP coerente, eficaz e funcional
  - Garantir a preservação a longo prazo do regime de proteção estrita, cumprindo com os objetivos internacionais
  - Reforçar o papel da ZERO no debate público sobre conservação marinha
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Acompanhar os principais desenvolvimentos legais e políticos relacionados com AMP
  - Reunir com governo e autoridades, marcando presença em momentos estratégicos
  - Sinalizar e responder a processos que ameaçavam a proteção do oceano
  - Produzir e disseminar conteúdos de comunicação que aumentaram a visibilidade do tema e incentivaram a participação da sociedade nos processos
  - Consolidar a ZERO como uma organização ativa e credível no debate sobre AMP
- **O que ficou por alcançar:**
  - Uma maior capacidade de avaliação sistemática e abrangente das AMP
  - Avanços mais estruturais na implementação de uma Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas
  - Lançamento de uma rubrica exclusivamente dedicada às políticas do oceano
- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Diagnóstico efetuado	1	Em curso	→
Reuniões/eventos	≥3	≥3	↑
Intervenção em processos	≥ 1	≥ 1	→
Conteúdos de comunicação	≥ 1	≥ 1	↑



- **Histórias que se destacaram:**

**Campanha SOS Mar dos Açores** - <https://sosmar.zero.org/>

**Antes:**

O PS apresentou uma proposta para permitir a pesca de atum nas zonas de proteção total dos Açores, ameaçando os objetivos de conservação e enfraquecendo o regime de proteção. A alteração criava precedentes perigosos e colocava em risco a credibilidade da região e os progressos alcançados.

**Depois:**

A ZERO lançou a campanha SOS Mar dos Açores, mobilizando a sociedade civil e resultando em cerca de 1000 emails enviados a deputados. A pressão pública foi reconhecida nas audições da Comissão de Ambiente. A proposta legislativa foi rejeitada, mantendo intacta a proteção estrita das áreas marinhas.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

Durante este ano, verificámos a importância de reforçar a presença da ZERO nas Regiões Autónomas, uma vez que estes territórios constituem pilares fundamentais da conservação marinha em Portugal e muitas vezes se sentem “de parte” face ao continente. Estreitar relações com os governos regionais revelou-se muito importante, não somente em resposta a necessidades pontuais, mas também para valorizar e replicar a maturidade dos seus quadros de conservação em contextos continentais. Observámos também que as campanhas com maior proximidade à sociedade civil têm um impacto muito significativo: são mais cativantes, mobilizam a participação do público e exercem uma influência mais forte sobre decisores políticos.

78

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- **Campanha SOS Mar dos Açores** (já anteriormente mencionada)
- Surgiu a oportunidade de desenvolver uma **nova rubrica de comunicação sobre os temas do oceano em parceria com a DGPM**, com duas reuniões já realizadas para delinear a ideia; o próximo ano será dedicado à sua formalização, prevendo-se um formato próximo de rádio/televisão, porém, sujeito à disponibilidade de fundos adicionais.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE25: OE25 - Efetivar o princípio da precaução e a gestão sustentável dos recursos oceânicos em toda a ZEE e PC estendida, com o objetivo de eliminar atividades prejudiciais aos ecossistemas.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Exigir a implementação de uma moratória à mineração em mar profundo em território nacional.
  - Construir conhecimento de base sobre pesca de arrasto e pequena pesca.
  - Construir conhecimento de base sobre aquacultura em meio marinho.
  - Consolidar conhecimento sobre captura e armazenamento de carbono (CCS) e geoengenharia marinha (GEm).
  - Participar em consultas públicas com impacto no oceano.
- **O que queríamos alcançar:**
  - Garantir a aplicação do princípio da precaução e prevenir impactos no mar profundo.
  - Sustentar o posicionamento da ZERO nos temas da pesca e fortalecer relações com comunidades locais.
  - Sustentar o posicionamento da ZERO sobre aquacultura para informar políticas e decisões futuras.
  - Desenvolver posições informadas sobre CCS e GEm, alinhadas com as melhores práticas internacionais.
  - Influenciar decisões políticas através da participação em consultas públicas estratégicas.
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Produzir comunicados e dar entrevistas em momentos internacionais relevantes (UNOC).
  - Iniciar um caminho de maior proximidade e construção de confiança com associações de pescadores.
  - Elaborar um *position paper* conjunto com a Sciaena e participar em reuniões estratégicas sobre CCS e geoengenharia marinha.
  - Participar em consultas públicas relevantes e estratégicas para a proteção do oceano.
- **O que ficou por alcançar:**
  - Realizar uma avaliação mais estruturada e aprofundada da pesca de arrasto e da pequena pesca em Portugal.
  - Desenvolver o trabalho previsto sobre aquacultura em meio marinho.



- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Advocacy p/ moratória	100%	Concluído	→
Diagnóstico pesca	1	Não iniciado	↑
Diagnóstico aquacultura	1	Não iniciado	↑
Position paper	1	Concluído	→
Consultas públicas	≥ 3	6	↑

- **Histórias que se destacaram:**

**Moratória à mineração em mar profundo**

**Antes:**

Existia pressão para explorar comercialmente metais do fundo do mar, sob o argumento da transição energética. Portugal ainda não tinha assumido uma posição clara nem declarado uma moratória aplicável a toda a sua jurisdição. A ZERO já alertava publicamente para a necessidade de aplicar o princípio da precaução.

**Depois:**

Portugal tornou-se o primeiro país europeu a aprovar uma moratória à mineração em mar profundo, proibindo a exploração até 2050 nas águas sob jurisdição nacional. A medida protege ecossistemas altamente vulneráveis e previne impactos irreversíveis.

80

**Ratificação do Tratado do Alto Mar**

**Antes:**

O alto mar, que representa mais de dois terços do oceano, permanecia sem um regime internacional eficaz de proteção. Portugal tinha assinado o Tratado, mas este ainda não estava ratificado nem em vigor. Num contexto de crescente pressão sobre recursos marinhos, persistia o risco de exploração desregulada.

**Depois:**

Portugal ratificou o Tratado do Alto Mar, contribuindo para a sua entrada em vigor. A ZERO assinalou este avanço em comunicados e intervenções públicas, destacando o seu papel estruturante na prevenção de atividades potencialmente destrutivas em áreas fora da jurisdição nacional.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

Durante este ano, ficou claro que é fundamental trabalhar de forma ativa as questões da transição justa, sobretudo no contacto com as comunidades locais mais vulneráveis às mudanças. Observamos uma falta generalizada de confiança nas políticas, reforçando a importância de manter presença no terreno para estabelecer relações, recolher conhecimento local mais amplo das perspetivas sociais e apoiar decisões mais sustentadas e informadas.



- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**
  - Integração da ZERO no **Grupo de Trabalho de advocacy da Seas At Risk sobre pesca**, contribuindo para a capacitação dos temas e posições mais informadas.
  - Divulgação da entrada em vigor do **Tratado do Alto Mar** através de comunicados e entrevistas, reforçando o papel da ZERO na agenda internacional de proteção do oceano.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico – OE25: OE25 - Efetivar o princípio da precaução e a gestão sustentável dos recursos oceânicos em toda a ZEE e PC estendida, com o objetivo de eliminar atividades prejudiciais aos ecossistemas.**
  
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Exigir a implementação de uma moratória à mineração em mar profundo em território nacional.
  - Construir conhecimento de base sobre pesca de arrasto e pequena pesca.
  - Construir conhecimento de base sobre aquacultura em meio marinho.
  - Consolidar conhecimento sobre captura e armazenamento de carbono (CCS) e geoengenharia marinha (GEm).
  - Participar em consultas públicas com impacto no oceano.
  
- **O que queríamos alcançar:**
  - Garantir a aplicação do princípio da precaução e prevenir impactos no mar profundo.
  - Sustentar o posicionamento da ZERO nos temas da pesca e fortalecer relações com comunidades locais.
  - Sustentar o posicionamento da ZERO sobre aquacultura para informar políticas e decisões futuras.
  - Desenvolver posições informadas sobre CCS e GEm, alinhadas com as melhores práticas internacionais.
  - Influenciar decisões políticas através da participação em consultas públicas estratégicas.
  
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Produzir comunicados e dar entrevistas em momentos internacionais relevantes (UNOC).
  - Iniciar um caminho de maior proximidade e construção de confiança com associações de pescadores.
  - Elaborar um *position paper* conjunto com a Sciaena e participar em reuniões estratégicas sobre CCS e geoengenharia marinha.
  - Participar em consultas públicas relevantes e estratégicas para a proteção do oceano.
  
- **O que ficou por alcançar:**
  - Realizar uma avaliação mais estruturada e aprofundada da pesca de arrasto e da pequena pesca em Portugal.
  - Desenvolver o trabalho previsto sobre aquacultura em meio marinho.



- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Advocacy p/ moratória	100%	Concluído	→
Diagnóstico pesca	1	Não iniciado	↑
Diagnóstico aquacultura	1	Não iniciado	↑
Position paper	1	Concluído	→
Consultas públicas	≥ 3	6	↑

- **Histórias que se destacaram:**

**Moratória à mineração em mar profundo**

**Antes:**

Existia pressão para explorar comercialmente metais do fundo do mar, sob o argumento da transição energética. Portugal ainda não tinha assumido uma posição clara nem declarado uma moratória aplicável a toda a sua jurisdição. A ZERO já alertava publicamente para a necessidade de aplicar o princípio da precaução.

**Depois:**

Portugal tornou-se o primeiro país europeu a aprovar uma moratória à mineração em mar profundo, proibindo a exploração até 2050 nas águas sob jurisdição nacional. A medida protege ecossistemas altamente vulneráveis e previne impactos irreversíveis.

**Ratificação do Tratado do Alto Mar**

**Antes:**

O alto mar, que representa mais de dois terços do oceano, permanecia sem um regime internacional eficaz de proteção. Portugal tinha assinado o Tratado, mas este ainda não estava ratificado nem em vigor. Num contexto de crescente pressão sobre recursos marinhos, persistia o risco de exploração desregulada.

**Depois:**

Portugal ratificou o Tratado do Alto Mar, contribuindo para a sua entrada em vigor. A ZERO assinalou este avanço em comunicados e intervenções públicas, destacando o seu papel estruturante na prevenção de atividades potencialmente destrutivas em áreas fora da jurisdição nacional.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

Durante este ano, ficou claro que é fundamental trabalhar de forma ativa as questões da transição justa, sobretudo no contacto com as comunidades locais mais vulneráveis às mudanças. Observamos uma falta generalizada de confiança nas políticas, reforçando a importância de manter presença no terreno para estabelecer relações, recolher conhecimento local mais amplo das perspetivas sociais e apoiar decisões mais sustentadas e informadas.



- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**
  - Integração da ZERO no **Grupo de Trabalho de advocacy da Seas At Risk sobre pesca**, contribuindo para a capacitação dos temas e posições mais informadas.
  - Divulgação da entrada em vigor do **Tratado do Alto Mar** através de comunicados e entrevistas, reforçando o papel da ZERO na agenda internacional de proteção do oceano.



## Sumário Executivo – Biodiversidade, Agricultura e Florestas

### Resumo do trabalho realizado:

Em 2025, o trabalho incidiu fortemente na promoção da conservação da natureza, da floresta e de um sistema agroalimentar sustentável. Na área da biodiversidade, destaca-se a participação ativa na revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e o envolvimento na revisão do Plano de Ação do Lobo-ibérico (PACLobo), impulsionado pelos resultados de declínio apontados pelo censo da espécie. Exigiu-se ainda a publicação do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados e marcou-se um posicionamento conjunto com a Rewilding Portugal sobre o Plano Nacional de Restauro. No terreno, o projeto Myrica focou-se no restauro de 7 hectares de habitats prioritários na Mata de Leiria.

Na vertente florestal, o foco esteve na implementação de políticas vitais para a prevenção de fogos rurais, com o acompanhamento do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR). Registou-se uma forte participação na elaboração do plano intergeracional "Floresta 2050" e a publicação do barómetro de investimento florestal em parceria com o Centro Pinus. O trabalho de advocacia resultou em avanços normativos importantes, como a publicação da definição de Biomassa Florestal Residual.

Na agricultura, a atuação centrou-se em acompanhar as políticas públicas e advogar pela transição agroecológica justa do sistema alimentar. Foram emitidos pareceres críticos a instrumentos como o PANUSPF, a legislação dos Açores sobre glifosato e a "Estratégia Água que Une". A ZERO apoiou ativamente movimentos locais no escrutínio de projetos nos seus territórios e marcou presença em grupos estruturais para a transição ecológica, como a EARA, a Rede de Agroecologia e o Grupo Colaborativo da Estratégia pela Proteína Vegetal.

85

**Desafios encontrados:** A desadequação entre a ambição dos planos anuais e os escassos recursos humanos, o que obrigou a concentrar esforços nas urgências do dia a dia.

- Na subárea da agricultura, as dificuldades de financiamento têm limitado a capacidade de trabalho e colocado em causa a sua continuidade, sendo urgente diversificar fontes de financiamento para além de candidaturas muito concorridas e morosas.
- A limitação de recursos ditou o abandono ou adiamento de metas, como a aplicação web "Passaporte da Natureza", a análise a 70 AIGP/OIGP e a 50 Condomínios de Aldeia.
- No restauro de habitats (Projeto Myrica), observou-se uma reduzida taxa de sobrevivência das plantas, obrigando a reajustes técnicos no método de plantação, como a redução da distância entre plantas, o uso de estrume de cavalo e a aplicação de maior quantidade de mulch.

### Principais vitórias:

- Ação do Governo na revisão do enquadramento do Lobo-ibérico ("problema Alcateia"), na sequência da exigência pública da ZERO e dos resultados do censo da espécie.
- Retirada do PRR do investimento em grandes obras hidráulicas que beneficiariam a intensificação agrícola em monocultura, destacando-se a paragem do projeto da Barragem do Pisão no Crato após a declaração de nulidade da Declaração de Impacte Ambiental.



- Inclusão de uma medida no PNEC 2030 para a criação de uma estratégia nacional para o consumo de proteína vegetal, fruto do trabalho do projeto Proteína Verde.
- Publicação de diplomas estruturantes: a definição de biomassa florestal e a revisão das regras das redes de defesa da floresta pelos privados.
- Integração da ZERO na plataforma de promoção das Áreas Protegidas Privadas e a formulação de um policy brief propondo green bonds (finanças sustentáveis) para a futura Reserva Natural da Lagoa dos Salgados.
- Sucesso na angariação de apoios financeiros (58.300€) para garantir o projeto Myrica, permitindo realizar 8 ações de plantação e assegurar a reflorestação dos 7 hectares planeados.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico - OE27: Promover publicamente o incremento da conservação da natureza e da biodiversidade, através de políticas públicas e de ações de mobilização da sociedade.**
  
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Acompanhar influenciar a elaboração do plano nacional de restauro da natureza
  - Restauro de 2 habitats prioritários: nano-bosques de samouco e medronheiro e zimbral dunar nos talhões 144 e 160 da Mata de Leiria (7ha)
  - Web application "Passaporte da Natureza"
  - Promoção da renaturalização como ferramenta central da política pública para as áreas classificadas
  - SIC das serras da Boavista e do Bouro
  - Aquiculturas em áreas classificadas
  - Revisão do PACLobo
  - Planos de Ação do Saramugo e Aves Necrófagas
  - Exigir a publicação do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados
  - Projetos problemáticos no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela
  - Projeto Erasmus+ Social Economy Goes Green sobre Nature Based Solutions
  
- **O que queríamos alcançar:**
  - Preparar um policy brief sobre o plano nacional de restauro da natureza
  - Desenvolver web application "Passaporte da Natureza"
  - Preparar uma proposta de melhoria do atual modelo de co-gestão das áreas protegidas (cogestão 2.0) para entrega aos decisores políticos e preparar uma campanha de comunicação
  - Propor a designação de SIC das serras da Boavista e do Bouro
  - Monitorizar a instalação de aquiculturas em áreas classificadas
  - Exigir a revisão do PACLobo
  - Acompanhar implementação do Planos de Ação do Saramugo e Aves Necrófagas
  - Exigir a publicação do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados
  - Contestar projetos problemáticos no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela
  - Garantir apoio financeiro para o sucesso do projeto Myrica para reflorestar mais 7 ha
  - Realizar ações de plantação e de controlo de invasoras com os mecenas e com associados e voluntários
  - Garantir a conclusão com sucesso do projeto Erasmus+ Social Economy Goes Green sobre Nature Based Solutions
  
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Após o lançamento do Censo do Lobo-ibérico, com resultados que indicam um declínio da presença da espécie, o Governo elaborou o problema Alcateia, na prática a revisão que a



ZERO vinha exigindo publicamente, sendo que se registou a nossa participação na consulta pública.

- Acompanhou os trabalhos preparatórios da revisão do Plano de Ação do Saramugo
- Exigir publicamente a publicação do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados
- Participámos na consulta pública de revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade.
- Efetuámos um posicionamento conjunto com a Rewilding Portugal relativo ao papel da renaturalização no âmbito do Plano Nacional de Restauro.
- Garantimos apoio financeiro e a organização de várias ações para plantar os 7 ha que tínhamos planeados reflorestar.

- **O que ficou por alcançar:**

- A preparação de um policy brief sobre o plano nacional de restauro da natureza, por se considerar inoportuno
- Foi abandonado o desenvolvimento da web application "Passaporte da Natureza"
- Não foi concebida uma proposta de melhoria do atual modelo de co-gestão das áreas protegidas (cogestão 2.0) para entrega aos decisores políticos e preparar uma campanha de comunicação, mas comunicou-se ao ICNF essa intenção, começando por testar um modelo de contratualização numa reserva natural, como o Paul do Boquilobo ou a Malcata
- Não foi proposta a designação de SIC das serras da Boavista e do Bouro, mas comunicou-se ao ICNF essa intenção
- Não foi efetuada qualquer monitorização relativa à instalação de aquiculturas em áreas classificadas
- Não acompanhámos a implementação do Planos de Ação para a conservação das Aves Necrófagas
- Não realizámos ações tendentes a contestar projetos problemáticos no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela
- Assegurámos a contratação de serviços para a plantação da totalidade das plantas até ao fim de fevereiro.

88

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Policy brief	1	1	↑
Web application	1	0	↓
Propostas	2	0	↓
Acompanhamento de planos	4	2	↓



- **Histórias que se destacaram :**

**Antes:**

Não existia qualquer contato com as apenas quatro Áreas Protegidas Privadas existentes, nomeadamente da Faia Brava.

**Depois:**

A ZERO foi convidada a integrar a plataforma de promoção da revisão do enquadramento legal e dos apoios às Áreas Protegidas Privadas, para tornar mais atrativa e segura a adesão dos proprietários rurais.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

Efetuiremos a revisão dos objetivos anuais para 2026, uma vez que o momento exige outro tipo de compromisso da ZERO em matéria de conservação da natureza, o qual está limitado por recursos humanos escassos que ainda para mais se concentram nas urgências do dia a dia.

Relativamente ao projeto Myrica, observámos uma preocupante reduzida taxa de sobrevivência e fizemos alterações aos modos de plantação (menor distância entre plantas, alteração do substrato e aplicação de maior quantidade de *mulch*, para tentar aumentar essa taxa. Passámos a utilizar estrume de cavalo e a plantar em núcleos. Vamos observar em setembro/outubro os resultados e tirar conclusões.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- Foi elaborado um policy brief sobre a futura Reserva Natural da Lagoa dos Salgados, com uma proposta de criação de um mecanismo de finanças sustentáveis (green bonds) para assegurar que uma possível indemnização aos proprietários não impacta as contas públicas no curto prazo.
- Participámos numa plataforma com vista à revisão da legislação e dos apoios relativos à criação de Áreas Protegidas Privadas, juntamente com outras entidades incluindo as quatro existentes.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico - OE28: Promover a sustentabilidade do sistema agroalimentar.**
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Acompanhar a política pública em matéria de agricultura e alimentação.
  - Advogar pela transição agroecológica justa do sistema alimentar nacional
  - Pareceres a instrumentos de política e a projetos agrícolas (PANUSPF, legislação da RA Açores sobre o uso de glifosato, EIA de projetos de intensificação agrícola, consulta pública “Estratégia Água que Une”);
  - Comunicados (colapso da biodiversidade no EFMA, Dia Mundial das Leguminosas) e entrevistas (Rádio Castrense, Geographical, EuroNews, SmartCities, TSI France, SIC);
  - Ofícios para pedido de informação, reuniões com entidades e parceiros (ICNF, DGAV, DGADR, SE Agri);
  - Envolvimento nos movimentos de Agroecologia e Agricultura Regenerativa;
  - Apoio a movimentos locais no escrutínio de projetos nos seus territórios.
- **O que queríamos alcançar:**
  - Frear projetos danosos e diminuir a ênfase na intensificação agrícola do tipo industrial na política agrícola nacional;
  - Colocar no discurso público uma visão do sistema alimentar agroecológica, em contraponto à visão industrial dominante. Sermos um ator incontornável para a cobertura noticiosa de assuntos relacionados com agricultura;
  - Levar o Governo e a administração pública a abrir os processos de decisão a uma participação pública mais efetiva. Sermos reconhecidos como parte interessada e “amigo crítico” nos processos de diagnóstico, de decisão e no acompanhamento de políticas;
  - Movimentos organizados e grupos de cidadãos mais ativos constroem uma percepção de que a ZERO é uma aliada na proteção dos territórios e na construção “de baixo para cima” dos modelos de desenvolvimento rural.
  - Submeter projetos ganhadores para desenvolver o trabalho nesta área.
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Foi retirado do PRR o investimento em grandes obras hidráulicas, que iriam beneficiar sobretudo um modelo de intensificação agrícola assente em monoculturas;
  - O Governo assumiu os custos das grandes obras previstas e está ativamente a procurar influenciar Bruxelas a desbloquear financiamento para investimentos na mesma tipologia de regadio;
  - Alguns dos grandes projetos de intensificação agrícola não avançaram, sendo o caso mais emblemático a Barragem do Pisão, no município do Crato;
  - Estamos dentro de grupos mobilizadores para a transição ecológica (EARA, Rede de Agroecologia e Grupo Colaborativo da Estratégia pela Proteína Vegetal)



- Dificuldades de financiamento da subárea da agricultura têm limitado a capacidade de trabalho e põem em causa a continuidade.

- **O que ficou por alcançar:**

- A preparação de um policy brief sobre o plano nacional de restauro da natureza, por se considerar inoportuno
- Foi abandonado o desenvolvimento da web application "Passaporte da Natureza"
- Não foi concebida uma proposta de melhoria do atual modelo de co-gestão das áreas protegidas (cogestão 2.0) para entrega aos decisores políticos e preparar uma campanha de comunicação, mas comunicou-se ao ICNF essa intenção, começando por testar um modelo de contratualização numa reserva natural, como o Paul do Boquilobo ou a Malcata
- Não foi proposta a designação de SIC das serras da Boavista e do Bouro, mas comunicou-se ao ICNF essa intenção
- Não foi efetuada qualquer monitorização relativa à instalação de aquiculturas em áreas classificadas
- Não acompanhámos a implementação do Planos de Ação para a conservação das Aves Necrófagas
- Não realizámos ações tendentes a contestar projetos problemáticos no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela
- Assegurámos a contratação de serviços para a plantação da totalidade das plantas até ao fim de fevereiro.

91

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
Candidaturas	2	4	↑
Entrevistas e comunicados	10	9	↓

- **Histórias que se destacaram :**

**Antes:**

1. Estava previsto um financiamento público de 140 milhões de euros do PRR para financiar uma parte do **AHFM do Crato** (que ascenderá a mais de 300 milhões). DIA e DCAPES favoráveis emitidos, com os despachos necessários para permitir o arranque de quercíneas.
2. Não existe nenhuma estratégia específica para a **proteína vegetal**, embora o autoaproveitamento de leguminosas secas andar nos 18% e a produção pecuária estar fortemente dependente da importação de proteína vegetal externa (100% da soja) e em competição com o consumo humano de cereais (60% da produção interna).

**Depois:**

1. Como resultado do trabalho de contestação do projeto, no início de 2025 o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco decretou a nulidade da DIA e o projeto foi retirado



do PRR, juntamente com outras grandes obras hidráulicas (muito trabalho realizado junto da CE);

2. Como resultado do trabalho da ZERO e da AVP (agora ProVeg), no âmbito do projeto Proteína Verde, existe uma medida no PNEC 2030 para a criação de uma estratégia nacional para o consumo de proteína vegetal e um Grupo Colaborativo da Estratégia pela Proteína Vegetal, que engloba associações de agricultores, empresas e ONG.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

- Fontes alternativas de financiamento: não podemos contar só com candidaturas que para lá de escassearem e serem muito concorridas, também implicam um grande dispêndio de tempo
- Incorporação de IA no workflow: o nosso trabalho depende muito de interpretação de dados de base e análise de documentos. A incorporação bem pensada da IA poderá permitir maior eficiência, produtividade e eficácia, contribuindo também para a sistematização e transferência de conhecimento dentro da ZERO.
- Será necessário um maior foco da sub-área de Agricultura para ser mais consequente em áreas muito estratégicas do ponto de vista do foco da política pública e desbloqueadoras da transição ecológica justa do sistema alimentar. A lógica poderá ser: conter o trajeto de políticas mais danosas e fomentar a dinâmica mais conducente à transição.

92

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- Foi elaborado um policy brief sobre a futura Reserva Natural da Lagoa dos Salgados, com uma proposta de criação de um mecanismo de finanças sustentáveis (green bonds) para assegurar que uma possível indemnização aos proprietários não impacta as contas públicas no curto prazo.
- Participámos numa plataforma com vista à revisão da legislação e dos apoios relativos à criação de Áreas Protegidas Privadas, juntamente com outras entidades incluindo as quatro existentes.



## Relatório de atividades – Ficha por objetivo estratégico

- **Objetivo Estratégico - OE29: Acompanhar a implementação da política florestal e de prevenção dos fogos rurais.**
  
- **Principais projetos/iniciativas/ações:**
  - Acompanhar a implementação do Programa de Transformação da Paisagem (implementação das AIGP/OIGP e condomínios de aldeia)
  - Acompanhar Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)
  - Promover o investimento em espécies autóctones
  - Exigir a reconversão da área ocupada por eucaliptal abandonado e pouco produtivo, preferencialmente nas áreas classificadas, e que a área total de eucaliptal em Portugal não aumente
  - Aumentar a consciencialização da população sobre a utilização insustentável da floresta para energia
  - Advogar pela adoção de medidas políticas em prol da redução da utilização insustentável da biomassa
  
- **O que queríamos alcançar:**
  - Análise e avaliação das 70 AIGP/OIGP e a implementação de 50 Condomínios de Aldeia
  - Análise e avaliação dos dados relativos à atividade agrícola nos territórios vulneráveis
  - Emissão de posicionamento sobre a implementação do PNGIFR
  - Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados no âmbito do PNGIFR
  - Publicação o barómetro de investimento florestal em conjunto com o Centro Pinus
  - Propor uma revisitação do mecanismo de compensação que prevê a substituição de povoamentos de espécies do género *Eucalyptus* spp. por espécies autóctones e instalação de espécies do género *Eucalyptus* spp. em área de maior produtividade para estas espécies
  - Criar um modelo de financiamento misto para investimentos na floresta em minifúndio
  - Exigir a publicação da definição de Biomassa Florestal Residual
  - Advogar para que o Biochar tenha uma discriminação positiva ao nível do IVA
  
- **O que conseguimos alcançar:**
  - Publicação da revisão e implementação das regras das redes de defesa da floresta pelos privados no âmbito do PNGIFR
  - Publicação da definição de Biomassa Florestal Residual
  - Publicação do barómetro de investimento florestal em conjunto com o Centro Pinus
  - Emissão de posicionamento sobre a implementação do PNGIFR
  - Advogar para que o Biochar tenha uma discriminação positiva ao nível do IVA



- **O que ficou por alcançar:**

- Analisar 70 AIGP/OIGP
- Analisar a implementação de 50 Condomínios de Aldeia
- Propor uma revisitação do mecanismo de compensação que prevê a substituição de povoamentos de espécies do género *Eucalyptus* spp. por espécies autóctones e instalação de espécies do género *Eucalyptus* spp. em área de maior produtividade para estas espécies
- Criar um modelo de financiamento misto para investimentos na floresta em minifúndio

- **Principais indicadores**

Indicador	Meta	Realizado	Tendência
N.º de AIGP/OIGP sujeitas a análise crítica para verificação	70	0	↓
N.º de condomínios de aldeia sujeitos a avaliação	50	0	↓
N.º de posições públicas	3	3	→
N.º de policy brief	2	0	↓

- **Histórias que se destacaram**

**Antes:**

Arrastava-se a divulgação da definição de biomassa florestal e também a necessidade de publicação da revisão de implementação das regras das redes de defesa da floresta pelos privados.

**Depois:**

No âmbito da revisão da Diretiva da Energias Renováveis (RED III) surgiu para consulta pública a definição de biomassa florestal e foi publicado igualmente o despacho que efetuou a revisão da implementação das regras das redes de defesa da floresta pelos privados.

- **Aprendizagens/o que vamos ajustar:**

O programa para 2025 era muito ambicioso, pelo que para 2026 há que ponderar se existem meios humanos e financeiros adequados às tarefas que queremos desenvolver.

- **Iniciativas / ações não previstas, mas realizadas:**

- Participámos ativamente com sugestões, muitas delas aceites pela tutela, no âmbito da elaboração do Floresta 2050, plano do Governo que viria a assumir carácter intergeracional com a sua aprovação pela quase unanimidade dos partidos políticos (5 deputados em 203 abstiveram-se). Emitimos igualmente posicionamento sobre possíveis atrasos e dificuldades na implementação do plano aquando da sua adoção pelo novo Governo que resultou de eleições legislativas ocorridas no primeiro semestre de 2025.
- Participámos na consulta pública relativa ao Mercado Voluntário do Carbono para novas arborizações.

